

Nº

02208



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:

JORNAL BOCA NO TROMBONE

Dez cruzeiros

Curitiba, outubro de 1980



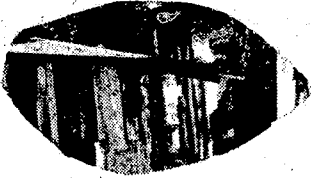
Internacional pg. 12

BOCA NO TROMBONE



Grite enquanto pode

Periferia



A periferia da cidade já não é mais a mesma. Nos últimos dois anos muita coisa aconteceu: as associações de bairro entraram em cena.

Pgs. 8 e 9

Quem aguenta?

Inflação devora salários e torna impossível viver. Desesperado, governo recorre ao FMI. (mais arrocho) sobre o povo.

Pág. 14



A UPE VOLTOU

Depois de 12 anos, os estudantes universitários do Paraná voltam a reorganizar sua entidade livre. Eleições em novembro.

Pág. 4



Estamos mal de saúde

Mais de 200 crianças morreram vitimadas pelo sarampo no Paraná. Falta de saneamento e condições mínimas de higiene e alimentação são os responsáveis. O governo tira da manga o Prev-Saúde, um novo plano que vai custar Cr\$ 156 bilhões e que já é severamente criticado.

Pág. 7

Delegado da DRT, patrões e pelegos tentam anular vitória dos pedreiros.

General mascara intervenção alegando que a oposição venceu com a ajuda de elementos estranhos à categoria.

E pelego o que é?

Ultima página.

GENERAL: E A MASSA?

PROFESSORES VÃO À GUERRA.

Governo reage com demagogia e má fe. Mentiras de Machado desmontadas uma a uma. Pág. 5



Quem sabe faz a hora

Aí vamos nós. Pois quem sabe faz a hora e não dava mais para esperar acontecer. Este jornal está saindo porque há em Curitiba, como em outras partes do mundo, uma parte da população que não tem chance de participar do noticiário. Ou, se participa, a imprensa dedica-lhe um espaço muito pequeno. As associações de bairros, os sindicatos, os movimentos populares, os moradores dos bairros distantes, os trabalhadores em geral necessitam de um jornal seu, do qual participem como fonte e como notícia, ao qual possam recorrer sem nenhuma restrição. Resolvemos tentar preencher essa função. Fazer um jornalismo democrático à medida em que se luta pelas liberdades democráticas. E entre essas liberdades está a de informar e a de ser informado.

Trata-se de um projeto cooperativo, realizado por jornalistas e colaboradores cujo compromisso maior é com a verdade sem manipulações e com a própria consciência. Não temos verdades nem soluções prontas no bolso. Andamos atrás delas. Nosso objetivo principal é ser o porta-voz dos que não têm o poder político e econômico nas mãos, mas que nem por isso deixam de fazer a História. Os que estão nas construções, nas fábricas, nas salas de aulas, nas cozinhas. É gente que tem queixas e denúncias a fazer, mas também propostas. Só que como faz muito tempo que não tem a oportunidade de ser ouvida talvez tenha perdido o hábito de falar. "Boca no Trombone" vai ser essa oportunidade. A de reclamar, denunciar e também propor.

N.O.C.



Quem somos? A que viemos?

Reúne-se em torno do "Boca no Trombone" um grupo de pessoas (jornalistas, políticos, lideranças populares, trabalhadores) que, diante das restrições impostas à liberdade de informar e ser informado, resolveram dar-se voz e vez aos que também não conseguem fazê-la ouvir. Nesse país, onde os meios de comunicação são majoritariamente dominados pelos que detêm o poder não resta à ampla maioria dos brasileiros se não o recurso à edição de seus próprios veículos. E, com essa determinação, enfrentar toda sorte de dificuldades, do boicote econômico à apreensão pura e simples das publicações (com bombas, incêndios e ameaças de entremeio).

A maioria dos jornalistas que se reúnem em torno do "Boca no Trombone" vem de uma experiência frustrada de se fazer imprensa democrática e independente em termos empresariais no "Correio de Notícias". O "Correio" deu no que deu e nos provou que, em termos empresariais, num país como o nosso, a imprensa só tem uma saída: dobrar-se às pressões do sistema. Ou concordar em viver num esquema de liberdade e autonomia de meia-sola.

Independência total, nunca.

Com este jornal, queremos reavivar na cidade um tipo de imprensa que há muito (e todos sabemos porque) deixou de existir mas que sobreviveu ao longo desse tempo com uma outra publicação (Scaps, Em Cartaz, etc) ou pela iniciativa corajosa de alguns jornalistas em órgãos da chamada grande imprensa: uma imprensa militante. Um jornalismo militante. Aos apressados, que, inutilmente, de pronto, vão traduzir "imprensa militante", "jornalismo militante" por militância partidária, por engajamento num partido político, esclarecemos: militante aqui quer dizer *participante, vivo, atuante*.

E quando o jornalismo deixa de ser isso, não é mais jornalismo. É "press release". É boletim oficial. É um mascaramento da realidade.

Uma imprensa militante, um jornalismo militante, vivo, participante é necessariamente de oposição. O dia que jornalista for governo, deixa de ser jornalista, deixa de expressar a realidade dos fatos para pasteurizar a miséria, a fome, a exploração desapiedada, a ação de rapina das multinacionais e essas coisas que a gente sabe muito bem, basta ver, abrir os olhos e deixar o sangue ferver. Num país como o nosso, numa situação como a de hoje, como ser imprensa, como ser jornalista se não denunciando, combatendo, militando junto ao povo?

Buscar a verdade nos fatos. Esse o primeiro e único compromisso de "Boca no Trombone". E a verdade sabemos onde está. E na busca da verdade recusamos o falso objetivismo, o falso e covarde "jornalismo objetivo". A verdade é. Existe. Ser objetivo e revelá-la e não mascarar-la com vestes de falso moralismo. Ser objetivo é falar a verdade, não interessa a quem atinja.

Recusamos também sermos neutros, sermos sem opinião. A neutralidade já é uma posição, a do partido. A posição do frouxo, o partido do omissivo. Como ser neutro diante do que se levanta aos nossos olhos? Como não tomar posição diante da tragédia que vive hoje o País? Já dizia por aí um certo nazareno: porque não sois nem frios e nem quentes, lançar-vos-eis de minha boca.

Vamos, então, botar a "Boca no Trombone" antes que tarde seja, como dizia também certo dentista lá pelas gerais.

B.P.

EXPEDIENTE

Conselho Editorial
Télia Negrão, Ronaldo de Sousa, Nelton Friedrich, Benedito Pires, Silvestre Duarte, João Carlos de Paula e Fábio Campana.

Diretora Responsável
Noemi Osna Carriconde.

Colaboradores:
Denise de Camargo, Elisabeth Tomonaga, Darcil Deitos, Deni Schwartz, Ernani Buchmann, Fábio Campana, Fernando Delgado, João Carlos de Paula (Caco), José de Castro, Luiz Botelho, Nelton Friedrich, Nilson Sguarez, Noemi Carriconde, Renato de Sousa, Regina Roça, Roberto Salomão, Ronaldo de Sousa, Rosane Batista, Silvestre Duarte, Suzana Matoski, Télia Negrão, Teresa Martins, Benedito Pires.

Diagramação, Arte e Past-up
Emílio Rodrigues, Lelé, Pablito Pereira, Isa, Caco e Télia.

Composição:
Moacir e Jairo.

Uma publicação da Editora Maíra Ltda.
Rua Barão do Rio Branco, 45 - Curitiba, Paraná.

Cabrito berra quando quer mamar

O Brasil tem carnaval o ano inteiro. Os poucos reis momos mantêm sua gordura às custas de complicados cálculos inflacionários e dívida externa. Transformou-se a miséria numa folia e com a fantasia possível o povo é obrigado a fazer papel de palhaço e dançar conforme a música sete dias por semana. Enquanto isso a banda toca bem alto, tentando abafar os gritos que de uns tempos para cá crescem para desespero de alguns.

Não temos mais que um trombone, que não toca nos compassos da banda, mas conhecemos uma marchinha de carnaval que diz: "cabrito berra quando quer mamar". Outros preferem ficar só em provérbios, como aquele ameaçador que diz "em boca fechada não entra mosquito". Em boca fechada não entra também comida, se da boca não sai pelo menos um berro.

O importante agora é botar a boca no trombone. Não para dizer ao povo o que deve ser feito, mas para contar o que está sendo feito e como. Não para fazer a demagogia que os reis momos estaduais, federais, donos de um ministério ou de uma granja torta fazem nos planaltos desta vida. Não se quer aqui botar a boca no trombone com pretensões paternalistas de fazer sectarismo. Fatalmente uns e outros desejam nos caracterizar disso ou daquilo, mas a posição é extrema-ultra-outra.

Hoje o sistema de comunicação, massificante como é serve ao consumismo e a personificação de atos. Isto não é lá novidade. Mas eis que surgem propostas de comunicação outras que não as institucionalizadas. Os muros já não são elementos decorativos, são suportes para pichações. Muitas músicas são conhecidas sem terem passado pelos meios massificantes do sistema e sim de boca em boca. A banda continua tocando alto no carnaval do desespero. Um dia acaba o gás da banda ou os gritos se fazem mais altos.

J.C.P.

BOCA NO TROMBONE

Quem lembra do movimento dos metalúrgicos do ano passado? Nos dias 13 e 14 de novembro a metade dos operários de categoria da Região Metropolitana de Curitiba parou. As vitórias conseguidas foram superiores às do ABC paulista. A greve foi conduzida pela oposição sindical e considerada legal pelo TRT.



A greve do ano passado foi citada como exemplo

Os trabalhadores na indústria metalúrgica de Curitiba romperam com a aparente resignação de acatar as decisões patronais sobre os aumentos de salários, em agosto do ano passado. Como reflexo do movimento grevista no ABC paulista, a categoria de Curitiba deu início à mobilização de base - sem apoio da diretoria do Sindicato - cinco meses antes da data-base (1º de dezembro).

Esse preparo - que gerou inúmeras reuniões diretas sem êxito entre empregados e patrões - terminou em greve que paralisou total ou parcialmente as fábricas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico nos dias 13 e 14 de novembro. Indústrias de porte como New Holland, Siemens, Bosch, Furukawa, Inepar, Fundação Muller e Siderúrgica Guaira reduziram em muito suas produções diárias.

O movimento grevista resultante da campanha salarial dos metalúrgicos de Curitiba foi vitorioso. Dos 30 mil trabalhadores existentes na Região Metropolitana, cerca de 15 mil cruzaram os braços por melhores salários. E a greve foi legal segundo julgou o Tribunal Regional do Trabalho.

CONQUISTAS SUPERIORES ÀS DO ABC

Quando o salário mínimo fixado pelo governo era de Cr\$ 2.780,00, os metalúrgicos do dissídio coletivo no TRT um aumento real de 8% como índice de produtividade; um piso de Cr\$ 4.200,00 (Cr\$ 3.900,00 para os que fossem admitidos depois de 1º de dezembro); um reajuste de 70% para os empregados na faixa de um a três salários mínimos; e outras melhorias. Entre elas, mulher grávida ganhou mais dois meses de estabilidade, além dos três determinados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). E estudante teve direito de faltar ao trabalho no momento em que forem realizadas provas escolares. São conquistas que dificilmente a categoria vai perder em próximas convenções coletivas. Além do mais, servem de base para acordos de outras categorias.

Ainda que em relação ao custo de vida as conquistas dos trabalhadores no dissídio coletivo não permitiram modificações sensíveis em termos de salários, no lado jurídico a decisão do TRT da Nona Região foi mais uma vitória. Os índices de aumento para Curitiba superaram ou se equiparam aos conseguidos pelos metalúrgicos do ABC paulista, com o detalhe de que a greve aqui foi declarada legal, quando a de São Paulo não. O índice de produtividade foi estabelecido em 8%, quando em São Paulo o Tribunal deu apenas 5,9%. O piso salarial foi igual: Cr\$ 4.200,00 e sabidamente a região Sudeste tem estrutura econômica superior à da área industrial paranaense.

QUASE DELEGADO SINDICAL

Outro fator positivo da greve foi a quase conquista do delegado sindical junto às fábricas. A votação dos seis juízes no dia 14 de novembro, para este particular, deu empatada. O presidente do TRT, com tática política, votou contra a inclusão do delegado. Depois do julgamento dava entrevista explicando que é contra o paternalismo. As categorias trabalhadoras têm que conquistar a figura do delegado através da greve ou da convenção coletiva - acerto direto entre empregados e patrões - dizia ele.

TRABALHO DA OPOSIÇÃO

A greve metalúrgica foi conduzida pela oposição à diretoria do Sindicato, que tentou impedir qualquer mobilização. A oposição organizou a campanha salarial levando toda a categoria a participar dela. Impediu que mais uma vez o acordo coletivo dos metalúrgicos fosse marcado pela apatia da parte dos empregados, nas decisões tomadas pela classe patronal, que por sua vez se apegava apenas aos números fixados pelo governo.

A paralisação das fábricas da CIC e de outras regiões de Curitiba resultou no segundo movimento grevista legal do país nos últimos anos. Antes dele, só os trabalhadores em usinas de açúcar do Nordeste tiveram reconhecido por um Tribunal do Trabalho o direito de reivindicar melhores salários usando a greve como caminho de pressão.



Ronaldo de Sousa

METALÚRGICOS PREPARADOS

Não ao peleguismo

A GREVE

Os metalúrgicos de Curitiba, cansados do peleguismo que há mais de 15 anos toma conta do Sindicato e cujos cargos vêm sendo transmitidos a amigos e parentes para parentes desde que foi criado, estão preparando desde meados de agosto do ano passado um movimento de oposição sindical. As próximas eleições estão marcadas para o início de novembro. Entre os itens que os metalúrgicos estão reivindicando, estão as comissões de fábrica que, diga-se de passagem, os patrões nem sequer se dispuseram a discutir na última convenção coletiva da categoria, no ano passado.

Essas comissões teriam como tarefa básica levar ao Sindicato (um Sindicato combativo, independente e democrático como desejam os trabalhadores) todas as ocorrências dentro das empresas, como a falta de pagamento de salário, de horas extras, de adicionais de insalubridade, até as mais humilhantes condições de trabalho, possibilitando assim ao peão uma cobertura maior de seus direitos.

O MOVIMENTO

Gilberto Carvalho, soldador, 29 anos de idade, e um dos líderes da oposição sindical metalúrgica, conta que o movimento iniciou, na realidade, a partir da mobilização de alguns trabalhadores que participavam de discussões sobre legislação e demais direitos trabalhistas nas comunidades de base, com o apoio da Pastoral Operária, órgão da Igreja do Paraná. Isso começou, diz ele, há cerca de três anos.

Com a greve começaram as demissões. E o próprio Sindicato funcionava a favor das perseguições.

"Com o tempo, esse pessoal uniu-se às associações de bairro e em agosto do ano passado aconteceu o encontro destas duas forças. Foi quando resolvemos ampliar nosso trabalho, considerando também que a data base da categoria é sempre em dezembro. Inicialmente, o grupo era constituído de aproximadamente quarenta pessoas, ampliado depois com a adesão de companheiros que também achavam que era preciso mudar a situação. Foram elaborados boletins informativos porque o peão não sabia, na maioria das vezes, de onde vinham os aumentos de salário. Ele achava que ou era o governo ou os patrões responsáveis pelos reajustes e que estes não dependiam da capacidade de mobilização de uma classe de trabalhadores", observa.

Nas assembléias que eram marcadas para discussão da campanha salarial do final do ano passado, lembra ainda, compareciam sempre entre 4 e 5 mil metalúrgicos, o que demonstrava claramente a insatisfação de uma grande parcela de operários, até aquela época. (No total, calcula-se que existem em Curitiba 30 mil metalúrgicos, a maioria ganhando um salário na ordem de cinco mil cruzeiros mensais).

Veio a greve, vieram as demissões - a Refrigeração Paraná, para citar apenas um exemplo, despediu, num só dia, todos os seus 1.800 funcionários, embora 350 deles tivessem participado do movimento grevista. Vieram as perseguições e uma espécie de "SNI" dos metalúrgicos passou a funcionar indiscriminadamente. Se, por exemplo, um operário fosse pedir ajuda ao Sindicato para as ameaças que vinha recebendo no decorrer da greve, no dia seguinte a direção da empresa já sabia e reclamava as suas providências.

Alguns patrões, como os da BS-Bombas, chegaram ao cúmulo ameaçando um dos operários com a seguinte estratégia: "Não vamos mandar você embora, mas vamos negar aumento a todos os seus colegas e diremos que a culpa é toda sua". Na Refrigeração Paraná, ainda, a direção da empresa chamou um dos seus funcionários e, não satisfeita com as pressões que fizera entregou ao Sindicato uma carta-renúncia, datilografada em três vias em caráter irrevogável, com um espaço para a sua assinatura.

AS COMISSÕES

Quando o trabalhador começa a despontar politicamente, como foi o caso de muitos metalúrgicos que acompanharam o nascimento da oposição sindical, as ameaças chegam a extremos de indignação. Por exemplo: um operário, sem oportunidade de dialogar com o seu chefe, é jogado para uma outra seção, geralmente sem as mínimas condições de segurança para a sua saúde, como na fundição. Passado alguns meses e não aguentando o clima de boca de forno, ele chega à conclusão de que a única saída é o pedido involuntário da demissão.

Daí, além da importância da discussão sobre as comissões de fábrica, que centralizariam estes tipos de denúncias, os metalúrgicos também colocam como fundamental a figura do delegado sindical, com as mesmas garantias dos dirigentes dos Sindicatos, ou seja, sem ter que temer pelo seu emprego, pelo seu salário, etc. As comissões ou mesmo o delegado sindical teriam ainda chances de levar ao Sindicato informações sobre as condições de higiene e segurança do trabalho nas fábricas e efetivamente cobrar dos patrões os equipamentos necessários como luvas, capacetes e outros que, em muitas empresas não são distribuídos para não ocasionar "prejuízos".

Na área da medicina do trabalho, contam alguns operários, acontecem coisas de arrepiar. Os atestados médicos geralmente não passam de três dias. Um operário metalúrgico há cerca de dois anos acabou morrendo doente. Lembram seus companheiros que ele não gostava de ir ao médico para não perder nenhum dia de trabalho, temendo que poderia, caso faltasse, perder o seu emprego ou mesmo que seu salário fosse reduzido.

DIFICULDADES

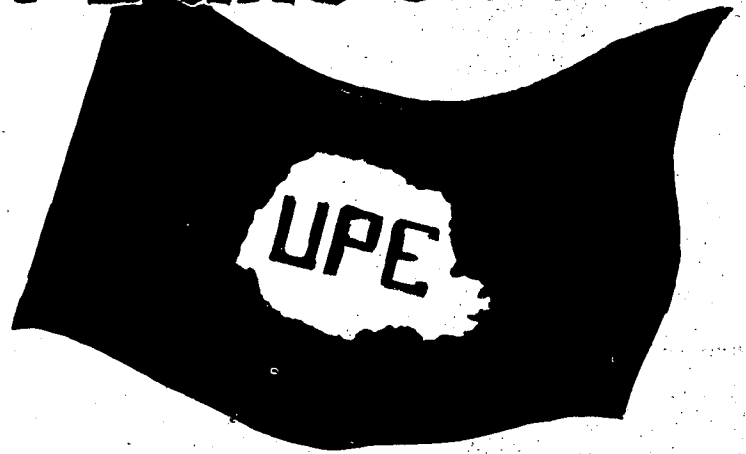
Noventa por cento dos operários que trabalham nessa área, observa Gilberto Carvalho, são procedentes do Norte do Paraná, da lavoura, a que vêm a Curitiba em busca de melhor assistência. Nas fábricas eles têm, quase sempre, o seu primeiro emprego. A grande maioria, setenta por cento, está na faixa de salário de Cr\$ 5.400,00 mensais e uma minoria, sobretudo os que trabalham para as multinacionais, têm um salário melhor. Não é preciso dizer que a mão-de-obra exigida nestes casos é altamente qualificada, o que dificulta a tentativa de melhores empregos para os demais.

Para completar a plataforma a Oposição quer saber o que os trabalhadores consideram mais importante.

"A nossa luta é por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por um Sindicato livre e desatrelado e pela educação de todos", resume Gilberto. A plataforma da oposição sindical metalúrgica ainda não está totalmente definida pois faltam algumas informações da parte dos trabalhadores no sentido de saber o que eles consideram como mais importantes e que outros itens gostariam de ver incluídos na plataforma.

As dificuldades encontradas para a formação da chapa de oposição foram de a até z, vinculadas à própria falta de tradição de luta operária, conforme apontam os metalúrgicos, somada às constantes ameaças e pressões dos patrões, as tentativas em dissolver o grupo e, da parte do Sindicato, uma perseguição que até hoje surpreende. Outras dificuldades, acrescentam, estão centradas na própria falta de experiência pessoal, especialmente da parte daqueles que vêm de outras lutas, com outras experiências, com vícios e algumas vantagens. "Mas é a coragem dos companheiros, a persistência, o respeito da base, que nos deu sempre, e continua nos dando resistência para levar em frente a bandeira da luta".

A UPE une o Paraná.



Para os que não sabem, a UPE é União Paranaense dos Estudantes.

Ela é considerada "entidade máxima e unitária dos estudantes do Estado". Foi criada em 1939 e participou ao lado da UNE, à qual sempre foi filiada, da luta contra o ensino pago, por melhores condições de ensino nas Universidades e pelo ensino público e gratuito para todos.

UM POUCO DE HISTÓRIA

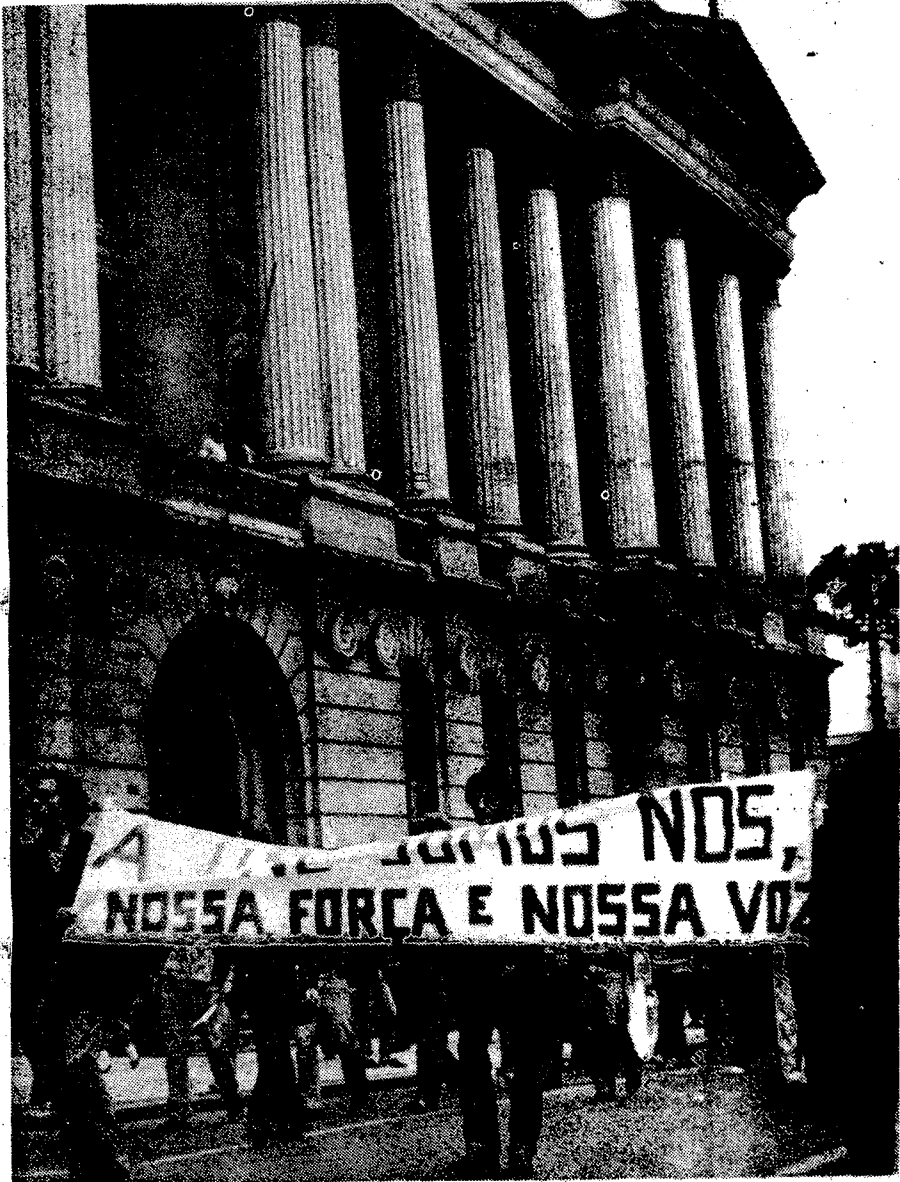
A partir de 1964, com o golpe militar, a UPE, como as demais UEEs foi substituída por outra entidade imposta pelo governo aos estudantes, o DEE (Diretório Estadual dos Estudantes). Esta porém nunca foi considerada representativa e não funcionou na prática. A UPE continuou a fornecer refeições a quase 5 mil estudantes e para isso recebia um subsídio do governo que a reconhecia como entidade assistencial. Mas nem por isso deixou de lado as lutas reivindicatórias e políticas do movimento estudantil.

Uma das últimas lutas lideradas pela UPE, deu-se em 1968. Foi o movimento contra a implantação do ensino pago na Universidade Federal do Paraná. Nessa ocasião, a Reitoria foi tomada, houve choques com a Polícia Militar e muitos estudantes foram detidos. Meses mais tarde, com o Ato Institucional nº 5, a UPE foi considerada definitivamente ilegal. Seu patrimônio, composto de uma casa na Rua

João Manuel, uma chácara nos arredores de Curitiba, um caminhão e duas camionetes, foi desapropriado pelo governo.

O QUE OS ESTUDANTES QUEREM HOJE

Dez anos mais tarde os estudantes tentam reorganizar a UPE. Num documento distribuído ao público, seus líderes explicam o porque da campanha. Dizem que com o ensino pago (e caro) muitos estudantes de Curitiba, Maringá, Ponta Grossa, Londrina, Palmas e outras cidades do estado sentem que não poderão permanecer na universidade. "Nessas mesmas cidades, diz o manifesto, os estudantes lutam contra o baixo nível de ensino e contra a alienação da universidade com relação aos problemas mais importantes de nosso país. E é em decorrência destas lutas e pela existência delas que nasce a proposta de reorganização da UPE".



Mais verbas para a educação, antiga bandeira da UPE e da UPE, levada às ruas na greve nacional de setembro. Dias depois, na UFPR, a união dos estudantes contra o manobristismo da reitoria.



Pablito Pereira

DESMASCARADA MANOBRA DA REITORIA

No dia 22 de setembro de 1980, às 18 horas, encerrava-se o prazo para o pedido de inscrições de chapas que se dispõem a concorrer às eleições para representantes discentes junto aos conselhos superiores da Universidade Federal do Paraná.

O DCE-Livre, junto com o seu Conselho de Entidades, formou uma chapa para concorrer à essa eleição e, às 17 horas deste dia 22, uma Comissão de Estudantes foi até a Reitoria fazer a entrega do pedido de inscrição da referida chapa.

O professor presidente da Comissão eleitoral recusou-se a receber o pedido de inscrição da chapa. Alegou não saber se aquelas pessoas que compunham a chapa estavam em situação regular na escola e para tanto exigia o Histórico Escolar de cada uma delas (ao todo 12 pessoas compõe a chapa).

O Ato era um pedido de inscrição e a Universidade era obrigada a aceitar qualquer pedido, pois a partir deste último dia, teria um prazo de 10 dias para verificar se as chapas possuíam ou não condições para concorrer às eleições e então manifestar sua decisão através de edital. A chapa que os estudantes tentavam registrar era composta por diretores do DCE e de várias entidades setoriais e da base da Universidade.

"O CAPITÃO NÃO DEIXA ENTRAR"

Os estudantes argumentaram, o professor continuou irredutível e sua intransigência aumentava cada vez que entrava numa determinada sala (sala do Reitor, provavelmente). As coisas

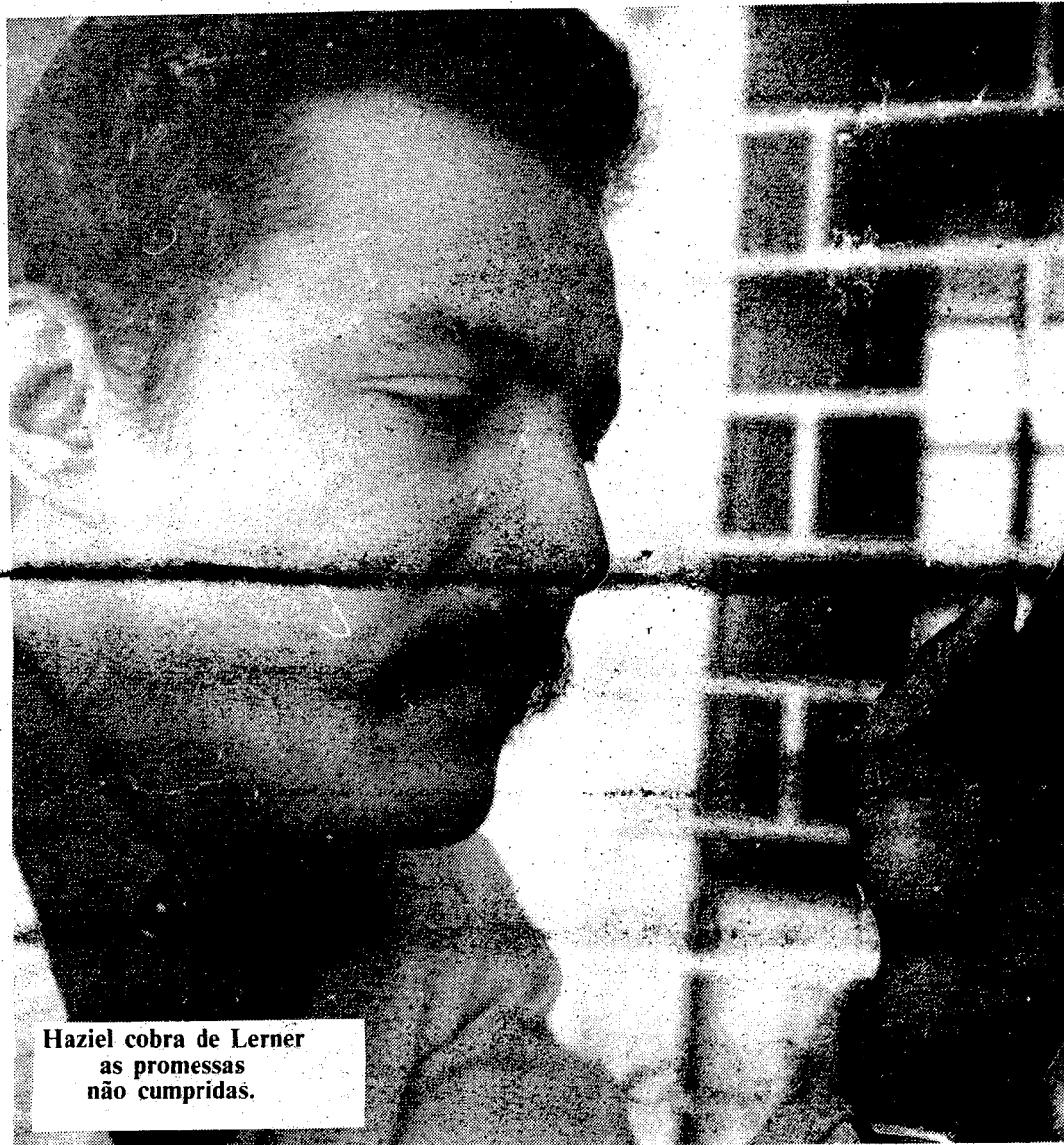
ficaram mais claras quando descobriu-se que havia uma outra chapa inscrita. Segundo declarações de seus próprios componentes, dois estudantes de economia que pediram para que seus nomes não fossem divulgados, o próprio reitor convidou-os para integrarem a chapa.

A declaração foi feita publicamente na cantina do Diretório Acadêmico Visconde de Mauá.

As 18h00 o professor se retirou da Reitoria e ninguém mais pode entrar no prédio. Os cinco estudantes que haviam ido inscrever a chapa decidiram permanecer no edifício enquanto o pedido de inscrição não fosse aceito. As 18h10 o presidente do DCE foi barrado com violência ao tentar entrar na Reitoria. O funcionário à porta assim o fazia dizendo que "o Capitão não permite que ninguém entre no prédio depois das 18:00 hs".

Começaram a chegar mais estudantes e em pouco tempo mais de 200 aglomeravam-se à porta do edifício, impedindo a saída dos funcionários da Reitoria. Foram feitos vários discursos. Alguns por deputados do PMDB que denunciaram o arbítrio existente na Universidade. A bandeira da UNE foi hasteada no prédio. Grupos de estudantes resolveram interditar o tráfego da Rua Amintas de Barros, explicando aos motoristas dos veículos porque faziam aquilo.

Durante toda a noite os estudantes permaneceram na Reitoria, decididos a receber uma explicação do Reitor. Na manhã seguinte, às 6h15, o Magnífico Reitor, sr. Ocyron Cunha, chegou à Reitoria e declarou-se disposto a receber o pedido de inscrição da chapa.



Haziel cobra de Lerner as promessas não cumpridas.

Taxistas reivindicam subsídio para gasolina

A Associação dos Taxistas de Curitiba está reivindicando um Projeto de Lei de subsídio da gasolina 35 por cento mais barata para todos os Taxistas do Brasil, ou o custo do álcool em 60 por cento mais barato do que o preço do mercado interno, ou do contrário, que o governo libere o uso do gás liquefeito para ser usado como combustível em táxis em todo o território nacional.

Avelar Lívio dos Santos, presidente da Associação disse que foi elaborado um documento que entregue a Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, pedindo o subsídio da gasolina. "Na época em que fizemos as greves de novembro do ano passado o governo não se comoveu com a nossa situação e contra argumentou que era impossível subsidiar a gasolina porque iríamos vendê-la ao invés de trabalharmos com ela. Temos conhecimento de que o Brasil exporta gasolina a preço irrisório para países latino-americanos, portanto há condições do governo subsidiar o combustível aos taxistas".

PONTO-LOTAÇÃO

Outra proposta da Associação é a criação do Ponto-Lotação, o que seria mais uma prerrogativa que os motoristas de táxi teriam, pois os constantes aumentos da gasolina nos últimos anos trouxeram imensas dificuldades para o motorista: re-

muneração baixa e jornada de trabalho enorme, com o número de passageiros diminuindo. Neste sentido, foi enviado um projeto para ser aprovado na Câmara, através do vereador Adahil Sprenger Passos que foi vetado devido aos interesses da Prefeitura para beneficiar os grandes grupos, donos de empresas de ônibus, seletivos, etc, segundo Avelar "o táxi é um serviço de utilidade pública importante e não podemos deixar que uma política econômica incorreta venha a exterminar com o nosso ganha-pão. Além do mais, um combustível mais barato para o táxi é de interesse também para a população. Somos 450.000 pessoas que vivem diretamente deste serviço. "Para ele, o prefeito Jaime Lerner tem sido um grande urbanista somente no que se refere ao transporte de massa, mas esqueceu que o táxi também é um serviço coletivo e não pode continuar sendo um sistema de transporte em extinção.

Haziel da Silva Pereira Filho, vice-presidente da Associação lembra que o prefeito Jaime Lerner se comprometeu em criar dois pontos livres para táxis nas esquinas das ruas Augusto Stelfeld com a Barão do Rio Branco e Rua XV com Marechal Floriano e ainda não cumpriu. Diz ele que, precisamos de pontos totalmente livres, é preciso discutir a questão do espaço físico. Exceto os pontos da Biblioteca Pública e da rodoviária, to-

dos os pontos de táxi do centro de cidade são semi-livres, e indo contra a campanha do governo de racionalização de combustível. Se ficam parados, são multados pelos fiscais por estarem fabricando ponto". Outra reivindicação da Associação é de que sejam tabeladas as tarifas que os motoristas devem pagar diariamente para as empresas. A cada aumento da gasolina as empresas aumentam a diária do motorista que paga atualmente, em torno de Cr\$ 670,00, além da despesa com a gasolina e tiram, em média Cr\$ 1.400,00, por dia. Como diz Avelar, isto é um roubo dos empresários, donos de frota, que não tem despesa alguma. "A associação tem brigado muito, mas a categoria ainda não está conscientizada, eles aceitam e depois tem que entregar o carro. A Rodo-Táxi tem 40 carros parados por falta de motoristas, que não podiam pagar as tarifas. Se a situação não está boa para a Rodo-Táxi que tira dois milhões por mês, imagine a do motorista que não tem dinheiro nem pra gasolina".

Na opinião do presidente da Associação dos Taxistas, quem está lucrando com o programa do álcool são apenas os revendedores. O motorista não tem garantias de que o preço do álcool se estabilizará em torno de 60 por cento do custo da gasolina, por isto é importante que sejam tabeladas as tarifas que o empregado tem que pagar à empresa.

A verdade dos professores e as mentiras do secretário

Com uma adesão estimada no primeiro dia em 70 por cento (o secretário da Educação garantia que nem 10% iriam aderir), os professores paranaenses entraram em greve geral, no dia 8. Quando fechávamos esta edição do "Boca no Trombone", a perspectiva, segundo líderes do movimento, era: prosseguimento da greve, com uma adesão ainda maior, até o governo atender a quatro reivindicações básicas.

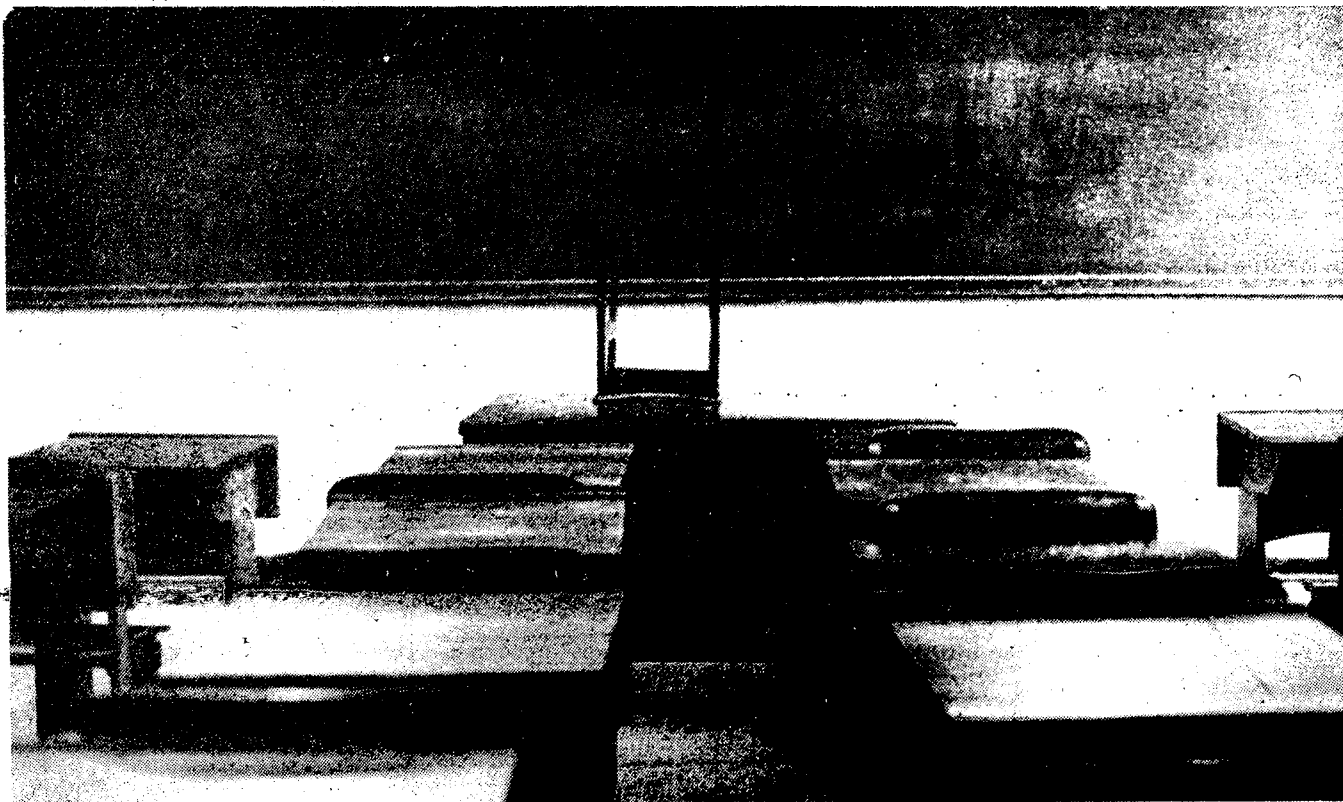
Essas quatro reivindicações são: piso salarial de três maiores salários mínimos vigentes no país; reajustes salariais semestrais, a partir de julho de 1980, de acordo com o índice inflacionário e mais 15% de aumento, a todos os professores, inclusive os inativos; elevação do nível PA1 para o PB2 dos professores normalistas que já tenham cumprido o estágio probatório; e cumprimento pleno do Estatuto do Magistério.

Desde o início, o governo do Estado, através do secretário da Educação, sr. Edson Machado, tentou desmoralizar o movimento, fazendo uma série de acusações, com a finalidade de jogar a opinião pública, principalmente os pais de alunos, contra os professores. Manipulando dados, números e estatísticas, no que se especializou desde os tempos de alto burocrata do Ministério da Educação e Cultura, o sr. Edson Machado usou dos generosos espaços que a imprensa lhe abriu (rádio, televisão e jornais) para desfilar um amontoado de inverdades.

Em resposta, os professores produziram um brilhante e indesmentível trabalho, intitulado "As Mentiras do Secretário", onde desmontam ponto por ponto todo o esforço do sr. Machado na defesa da política estadual de educação.

Eis algumas mentiras e o seu desmentido: A mentira: 35% do orçamento estadual destinam-se à educação. A verdade: em 1980, a porcentagem foi de 21,3%; em 1981, baixa para 19,4%. Ainda: a maior parte da verba destina-se a coisas não essenciais à educação e ao educador. Mentira: professor ganha bem. A verdade: com reajuste mês que vem, o trabalhador que ganha salário mínimo estará percebendo 20% a mais que uma professora normalista nível PA1. Em 1969, a normalista ganhava o correspondente a dois e meio salários mínimos; em novembro, passa a ganhar 0,86% do salário mínimo. Se fosse reajustado sempre (como o secretário diz que é) o salário da normalista seria hoje 10.703 cruzeiros. Outra mentira: não há verba para pagar professores. A verdade: a manutenção do gabinete do sr. secretário custa quase 25 milhões de cruzeiros por ano (mais de 2 milhões por mês), a manutenção da Diretoria Geral da Secretaria, mais de 36 milhões por ano (acima de três milhões por mês); o seletivo (é útil?) Conselho Estadual de Educação consome seus 8 milhões e tantos anualmente. O Conselho do Magistério (um órgão fantasma, pois o Estatuto do Magistério não entrou em vigência até hoje), gasta (em quê?) mais de um milhão; as Coordenações dos Núcleos Regionais de Ensino, engole quase 75 milhões; a Fundepar 1,5 milhão; o gabinete do Secretário de Cultura e Esportes mais 2,7 milhões (1,7 milhão por mês); o Tribunal de Contas ("para manter conselheiros que aprovelem as patifarias de quem os nomeou", segundo os professores), leva quase 500 milhões. Agora, para o ensino de 2º grau, apenas 1,3 milhão. Enfim: gabinetes, conselhos, diretorias regionais e mordomias outras gastam centenas de vezes mais o que se destina a educar milhões de paranaenses.

E as mentiras continuam. Mas bastam a resposta dos professores a estas para se ter uma idéia de quem são os homens que dirigem o ensino oficial no Paraná.



Ronaldo de Sousa

Breve lição de matemática: maus salários, mais altas cargas horárias e péssimas condições de trabalho é igual a...

ENGANADOS E MAL PAGOS

As professoras normalistas do Paraná (que fizeram a Escola Normal) ganham atualmente um salário de Cr\$ 5.075,00, no nível 1, onde estão, em sua maioria, enquadrados pelo governo. Assim, quando o salário mínimo for reajustado, em outubro, um trabalhador que ganhe o mínimo estará ganhando vinte por cento a mais, praticamente do que as professoras normalistas. A Associação dos Professores do Paraná aponta o fato de que o salário mínimo teve um reajuste de 2.830,5% de 1969 a 1980, dos Cr\$ 141,60 daquele ano para os Cr\$ 4.149,60 atuais, mas que o salário das professoras subiu apenas 1.288,8% durante esse tempo, subindo de Cr\$ 365,40 para os Cr\$ 5.075,00 de agora. Se o governo tivesse elevado o salário na mesma proporção, ele estaria em Cr\$ 10.708,00, atualmente.

Essa distorção ocorre sem ser considerado ainda o fato de o salário mínimo ser reajustado durante esse tempo abaixo do aumento da inflação, o que tem corrido para a perda do poder aquisitivo dos ganhos dos trabalhadores. Também os professores de outros níveis tiveram seus salários diminuídos, pelos reajustes insuficientes concedidos pelo governo do estado. No nível 5, o maior, os salários subiram de Cr\$ 1.165,68 em 1969 para Cr\$ 14.086,00, um aumento que está na ordem de 1.664,90 por cento abaixo da elevação do mínimo de 1969 a 1980, diz a Associação.

Muito trabalho

Sem bons salários, os professores são obrigados a suportar altas cargas horárias de aula por semana, somando dois períodos de 22 horas, trabalhando 44, portanto, normalmente. Ocorre, entretanto, que assim os professores não tem tempo para corrigir provas, aprontar exercícios, fazer planos de trabalho, verificar o grau de absorção dos ensinamentos pelos alunos, para o que precisaram de um tempo livre, sem lecionar. Eles têm que fazer isso em casa, durante o horário de folga, inclusive nos fins de semana.

É comum o caso de professores que dão aulas de manhã, à tarde e a noite, alternando períodos. E é por motivos como esse que as bandeiras de luta de suas entidades representativas vem encontrando receptividade sempre crescente entre o professorado, hoje cada vez mais consciente da necessidade de se organizar para conseguir melhorias. Na verdade, isso vem ocorrendo com boas perspectivas, ainda que as reivindicações impliquem em posição firme perante o governo, que não quer tratar melhor os mestres.

Derrota dos pelegos

O movimento sindical entre o professorado tem uma história de luta, reativada, praticamente a partir de 1974, na Associação dos Professores, que nesse tempo vem trabalhando com a Associação dos Professores, que nesse tempo vem trabalhando com a Associação dos Professores Licenciados do Paraná, com sede em Londrina. A atuação vem crescendo e também a influência junto aos professores, ao ponto de elas conseguirem eleger membros seus para as eleições do antigo Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), neste início de ano. O CRPP era até então minado por elementos governistas e vinha lutando contra as duas entidades combativas, fazendo o jogo do gover-

Uma vez ganho o CRPP, explica o presidente da Associação dos Professores do Paraná, Isaias Ogliari, a entidade foi transformada na Associação do Pessoal do Magistério do Paraná e passou a atuar combativamente, ao lado das outras associações. Um velho sonho dos professores está até próximo de ser realizado, com a fusão das três entidades: a APP, com 13 mil associados atualmente; APLP, com 3.500 associados; e a APMP, com 7 mil associados. Uma única entidade atuaria melhor e seria mais forte.

E necessária uma mobilização ampla, cada vez maior, porque o governo estadual não está disposto a melhorar as coisas.

Governo "enrola"

Ogliari lembra, por exemplo, que o governo de Ney Braga havia prometido atender algumas reivindicações no ano passado, em face das pressões do professorado, como a regulamentação do Estatuto do Magistério, aprovado em 76 e que deveria estar regulamentado, conforme o prazo de lei, até abril de 1977. Também haveriam promoções e novos acessos, segundo o governador prometera. Nada disso foi cumprido, e neste ano, frente às cobranças e novas exigências dos professores, o governo veio com promessas parciais, novamente, sobre o que há havia prometido em 1979, e não cumpriu.

Por isso os professores continuam se mobilizando, com greve no dia doze de setembro. Eles lutam, atualmente, por quatro bandeiras principais:

- 1) Piso salarial de três salários mínimos.
- 2) Reajustes semestrais. Nesse ponto, não concordam com a desculpa governamental de que não há recursos. Quando o governo implantou o sistema semestral, não perguntou às empresas se elas podiam pagar, argumenta a APP. A inflação está corroendo os salários. Houve perda de 35% nos salários em relação a ela em 1979. Este ano, o governo deu aumento de 42 por cento, para o ano todo. Só até julho, a inflação já havia subido 57%. Os salários poderão ficar com uma perda de 60 por cento, apenas em 1980. O reajuste semestral tem que vir. A arrecadação estadual aumenta com a inflação, e a taxa do ICM (principal imposto estadual) foi aumentado de 14 para 15 por cento em 1980, lembram os professores, contestando a desculpa do governo.
- 3) Elevação das professoras normalistas do nível 1 (de que já falamos) para o nível 2.
- 4) Regulamentação Plena do Estatuto do Magistério.

O governo veio com uma conversa de regulamentar em parte, o que, também isso, é uma promessa apenas.

Além disso, o professorado quer o 13º salário, entre outras melhorias. Ele inclui a luta - que está sendo planejada para ser desenvolvida a nível nacional - por maiores recursos para a educação dos brasileiros, que vem diminuindo. Em 1967, a União destinou 11,8% do orçamento para a Educação, índice esse que desceu para 4,8% neste ano. Há movimento para que o índice mínimo de aplicação de 12 por cento seja inserido na Constituição, conforme projeto de um deputado (Peçanha) do PMDB. O governo da Costa Rica aplica 35% de seu orçamento em educação, e o do Quênia, 34%, apenas como dois exemplos, cita Isaias Ogliari. No Brasil, para cada 15 cruzeiros destinados para Educação, são gastos 100 em armamentos, lembra o presidente da APP, para quem a melhor defesa do território nacional é uma população com acesso à Educação, gratuita e para todos.

BATALHA GANHA: médicos têm delegado sindical

O Sindicato dos Médicos do Paraná conquistou, na sua última convenção coletiva de trabalho, em novembro do ano passado, o que muitas categorias de trabalhadores não conseguiram em mais de dez anos de luta sindical: a figura do delegado sindical nas empresas, considerada essencial para a quebra da própria estrutura vertical dos Sindicatos. Do ponto de vista de alguns Tribunais do Trabalho do País, diz o advogado trabalhista Edésio Franco Passos, "essa figura tem sido rechaçada sob a alegação de que seria 'inconveniente' e poderia ocasionar transtornos ao livre desenvolvimento das empresas".

Ainda assim, em diversas convenções coletivas de trabalho, têm sido admitidas cláusulas que estabelecem o delegado sindical, como é o caso dos metalúrgicos de Entre Rios (Rio de Janeiro) e dos comerciantes de Joazeira (Santa Catarina). Em Curitiba, os metalúrgicos também estão discutindo, além da implantação das comissões de fábrica, o delegado sindical. Estas são, inclusive, as duas teses básicas do sindicalismo atual. O advogado diz que ambas se complementam, embora existam diferenças substanciais. A comissão de fábrica, observa, seria o embrião do Sindicato a nível de empresa, a ligação da estrutura vertical com a estrutura horizontal 'de base' do Sindicato. O delegado sindical seria, desde já, o representante, dentro das empresas, do Sindicato, com as mesmas garantias dos dirigentes sindicais.

Uma classe ainda passiva

No caso específico dos médicos, e passados quase onze meses após a última convenção coletiva de trabalho da categoria, ainda não se notou nenhum movimento para eleição dos delegados sindicais dentro das empresas. Essa passividade diante de uma vitória tão importante poderia ser explicada a partir do próprio desconhecimento que a classe tem a respeito das relações trabalhistas, perdendo mesmo para os operários da construção civil e para outras categorias de trabalhadores assalariados e também pelo medo generalizado que têm os médicos de reivindicar seus direitos, sob pena de perderem seus empregos.

O advogado da Associação Paranaense dos Médicos Residentes, Cláudio Ribeiro diz que o médico é, também, prejudicado por uma formação ideológica irreal, "sentindo-se muitas vezes envergonhado de descobrir-se como empregado". Está neste fato, acrescenta, um dos motivos da sua baixa remuneração. Ele diz ainda: "Ou o médico aprende o básico das relações de trabalho, a ocasião de lutar pelo seu salário, pelas suas horas extras, pelos adicionais de insalubridade, etc, ou perde, porque a medicina liberal está dando seus últimos suspiros e tende ao desaparecimento a curto prazo".

A doença como fonte de lucros

Aqui no Paraná, completa Cláudio Ribeiro, já se começa a sentir os efeitos da mercantilização da medicina, decorrente, assim como no resto do país, de um tipo de política adotada pelo Inamps, que se dirige a esse resultado. A mercantilização da medicina, conclui, "tende a interesses de grupos empresariais poderosos, alguns multinacionais, a maioria vinculada aos interesses da venda de equipamentos sofisticados e da indústria farmacêutica, transformando aquilo que deveria ser uma obrigação do Estado - cuidar da saúde do povo - em mais uma fonte de lucros".

Em um país onde a subnutrição é generalizada e atinge uma faixa muito superior à metade da população, a doença passa a ser uma fonte de lucros cada vez maior e cada vez mais desumana. Há atualmente, lembra o advogado, um laboratório no Brasil investindo cerca de vinte milhões de dólares na pesquisa e fabricação de medicamentos para a doença de Chagas. Mas "esse mal, que deveria ser combatido pela raiz, através do saneamento básico, das soluções para os problemas da moradia e higiene, está pura e simplesmente relegado ao abandono".

PREV-SAÚDE PEDE PASSAGEM

A proposta de implantação do Programa Nacional de Ações Básicas de Saúde (Prev-Saúde) a partir de 81, foi divulgada no dia 23 de setembro pelos ministérios da Previdência e Saúde (um entra com os recursos e outro com a aplicação do plano). Segundo relatório oficial o Prev-Saúde constitui a opção do governo brasileiro para reordenar o modelo de prestação de serviços no setor, de modo a adequá-lo às necessidades prioritárias da população. Entretanto, setores ligados à saúde criticam o plano por este ser estatizante demais. Além do presidente do Inamps, Harry Graeff também os integrantes de grupos de saúde e complexos hospitalares criticam a idéia, temerosos de perderem a mamata de lucrar com a doença decorrente da miséria.

Meia-sola

Não faltam críticas também quanto ao aspecto político do plano, que segundo alguns, seria intenção e obra do capitalismo, com objetivo de dar uma meia sola na saúde do trabalhador para continuar com a exploração de mão-de-obra barata e ao mesmo tempo esvaziar a tensão social existente em uma das áreas mais exploradas do setor de saúde: a residência médica.

Recomendação da OMS

A implantação do Prev-Saúde é a adaptação brasileira às recomendações da Organização Mundial de Saúde, elaboradas durante o congresso de Alma-Ata, que sugere a extensão dos benefícios da saúde a toda população. De todas as críticas resta um ponto principal que é a esperança, mesmo de alguns críticos do programa de que este, pelo menos em parte não seja mais um dos fracassados planos de saúde, que a custo do bem público e da continuada precariedade na qualidade de vida de grande parte da população, tentou-se implantar no país. Um erro básico pelo menos já é apontado: O Prev-Saúde é mais um plano feito de cima para baixo e deixa de lado mais uma vez uma atuação mais municipalista no setor.

Sérgio Arouca, ex-presidente nacional do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde - Cebes, vê na intenção da nova política de saú-

de do governo o esvaziamento da residência médica e uma vez mais um projeto de saúde que, em última instância, vem beneficiar a estrutura capitalista, responsável pelas precárias condições sanitárias no país. Assim o trabalhador brasileiro receberia condições mínimas de saúde para continuar produzindo e sendo mão-de-obra barata.

Quanto à residência médica, tende a ficar ainda mais elitizada. Isto porque o Prev-Saúde prevê a instalação de milhares de postos de saúde e consultórios médicos, além da implementação de milhares de outros consultórios já existentes, que viriam abrir sobremaneira o mercado de trabalho na área de saúde. A abertura do campo de trabalho esvaziaria a residência, que sempre foi um foco de tensão política, devido a exploração de médicos recém formados.

Agradar

Para o médico Ângelo Cól a intenção do governo é fazer um sistema de saúde barato e que agrade a população. Quem executará o plano é o ministério da Saúde, com verbas captadas pelo Ministério da Previdência. Só que o Ministério da Saúde repassa as verbas às secretarias estaduais que por sua vez executarão o plano através dos postos de saúde. Assim, lembra Ângelo Cól, esquece-se a secretaria municipal de saúde e mais uma vez o plano fica de cima para baixo.

Hierarquizar é a solução

Dividir em teapas o atendimento sanitário seria uma das medidas mais necessárias atualmente, segundo Cól. O atendimento primário atuaria mais nas periferias, seria um atendimento simples e corriqueiro. O atendimento secundário já se daria em ambulatórios especializados. Hospitais regionais e de referência formariam o atendimento terciário. Outros tipos de atendimento, mais especializados seriam do setor quaternário.

Atendendo um caso simples na periferia, há oportunidade de se chegar aos mais altos níveis de atendimento. Explica Cól. Essa hierarquização, regionalização e democratização da medicina possibilitaria um atendimento médico mais preventivo e portando mais eficaz.

SARAMPO MATA 200 CRIANÇAS NO PARANÁ

O sarampo e suas complicações já mataram pelo menos duzentas crianças no Paraná, de janeiro a setembro deste ano, segundo os dados preliminares da Secretaria da Saúde. Como esta é uma doença que está diretamente ligada as precárias condições sócioeconômicas de grande parte da população brasileira, é uma doença "proletária", como dizem os médicos.

Para combater o sarampo há uma vacina, cuja aplicação está sendo intensificada pela Secretaria da Saúde, que prefere não falar em campanha. Para o pediatra Florisvaldo Fier, presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde - Cebes, a vacina é importante, mas para acabar com a doença nada melhor do que atendimento médico eficaz, água encanada, saneamento, coleta de lixo e boa alimentação, ou seja salários que proporcionem as condições mínimas de subsistência.

Opinião de um morador

Jairo Gramino, que não é médico, mas presidente da Associação de Amigos e Moradores da Vila Formosa também sabe disso. Nessa vila o sarampo começou a atingir com mais frequência de seis meses para cá - segundo ele. Entre as seiscentas famílias que moram em Vila Formosa foram registrados cinquenta casos e uma morte.

A Secretaria da Saúde está reiniciando a vacinação de sarampo, suspensa durante a vacinação anti-pólio para não haver choque de imunizantes, segundo o chefe da Coordenadoria de Epidemiologia e Controle de Doenças da Sesb, Jair Pazello. A Sesb se volta agora para a intensificação da vacinação nas zonas rurais "porque a campanha desencadeada em maio deste ano preocupou-se com as crianças moradoras das regiões periféricas urbanas, em especial. Acontece que desde o início do surto a morte por sarampo ocorreu e continua a ocorrer nas periferias urbanas.

Segundo Jair Pazello o período ideal para a vacinação das crianças é o dos meses quentes do ano. Todas as crianças de zero a quatro anos são suscetíveis a doença.



OS BAIRROS E A FALTA DE SAÚDE

Na maioria das vilas e bairros da periferia são precárias as condições de saneamento e portanto de saúde. Em Vila Formosa somente cinco por cento dos moradores dispõe de água encanada pela Saneapar, cuja ligação foi conseguida depois de muita luta, lembra Jairo Gramino, presidente da associação. O restante dos moradores utiliza-se de água de poços, em sua maioria contaminados e que têm contribuído para o aumento no número de pessoas atingidas por doenças infecto-contagiosas e parasitárias, entre as quais a hepatite.

Os moradores de Vila Formosa já tentaram fazer exame das águas da região, mas ainda não conseguiram e estão a espera de uma promessa da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente-Surehna. Em muitos poços o exame é até dispensável, tamanho o depósito de ferrugem que fica acumulado no fundo, tornando a água imprestável. Na favelinha da Uberlândia não há água, simplesmente. As cento e vinte famílias que moram lá eram obrigadas até pouco tempo a carregar água de outros lugares para o uso doméstico. Agora já foi instalada a água e as quase quinhentas pessoas não precisam mais andar até muito longe, em compensação acotovelam-se para conseguir água das duas torneiras ali instala-

das. E para conseguir estas duas torneiras não foi fácil, lembra Jairo Gramino que "para isso tivemos que ser agressivos".

POSTO DE SAÚDE E MINICRECHE

Há quase quinze meses em reunião com o prefeito Jaime Lerner, os moradores de Vila Formosa pediram a instalação de água e um posto de saúde. A água, depois de muita briga, foi ligada para cinco por cento dos moradores. Do posto de saúde nem sinal. Em compensação foi construída e está funcionando uma creche.

Vila Formosa, para Jairo Gramino, engloba Capão Raso, Vila Pimpão e Uberlândia, onde existem mais de mil e quinhentas crianças de zero a doze anos de idade. Acontece que a creche tem condições de atender somente setenta crianças e por isso foi apelidada pelos moradores de "minicreche". Segundo Jairo Gramino a creche atende 35 crianças de 3 a 6 anos de manhã e à tarde, outras 35 de 7 a 12 anos pela manhã e outra turma dessas à tarde. A capacidade de atendimento sobe para 105 e não chega a atender nem dez por cento das necessidades da população daquela região. Além disso a alimentação oferecida na creche é escassa, lembra Osvaldo de Oliveira, também da associação da Vila Formosa.

Inamps incentiva a corrupção

Quem quiser ser atendido no mesmo dia pelo Inamps tem que chegar na fila às quatro horas da manhã. Isso não é novidade, todos conhecem o Inamps mais pela fila do que pelos serviços que presta. A maior queixa dos usuários é quanto ao atendimento precário. Em caso de urgência consegue-se ser atendido, mas só depois de duas ou três horas de briga, lembra Jairo Gramino, da Associação de Moradores de Vila Formosa. Em parte este mal atendimento é consequência da forma como são pagos os médicos do Inamps.

"O Inamps não vale nada, na consulta o médico olha pro paciente e dá a re-

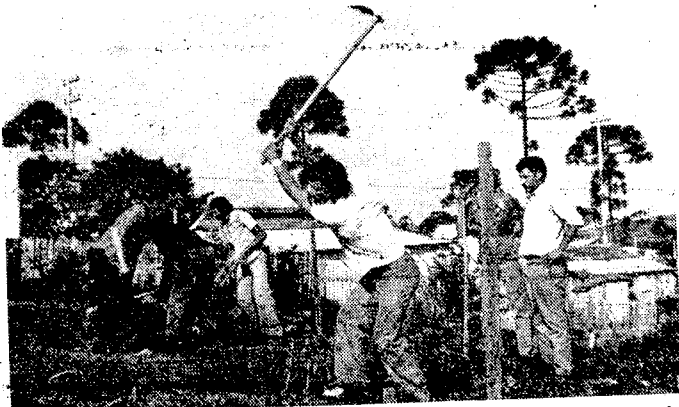
ceita. A saúde do pobre, de uma criança vale muito mais que um salário", diz Jairo Gramino. E grande parte dos médicos do Inamps agem assim devido a forma como são pagos, por unidade de serviço, que é um incentivo à produção e fator incontrolável de corrupção, segundo o médico Gentile de Melo. Assim como no Inamps, também o Instituto de Previdência do Estado - IPE estipula sua tabelade unidades de serviço de tal maneira defasada em termos de salário que leva a comercialização e produção exagerada. Assim, para o médico aumentar seu rendimento atende cada vez pior à população.

O que é o Prev-Saúde

O Prev-Saúde, custará 156 bilhões de cruzeiros para ser implantado e mais 170 bilhões de cruzeiros anuais em manutenção a partir de 1987. Segundo relatório oficial com 50 páginas o programa representa uma tomada de posição consciente para efetiva implementação do sistema nacional de saúde. Entre os objetivos básicos pretendidos, ou ditos pretendidos pelo governo, inserem-se os serviços básicos, racionalizar a oferta de serviços, melhoria das condições sanitárias e melhorias na habitação e abastecimento de água. A prioridade é para o combate à doença de Chagas e esquistossomose.

Para isso serão implantados 7.697 postos de saúde, 16.394 consultórios médicos, implementação de outros 17.439 já existentes; 3.917 consultórios odontológicos a implantar e 4.073 a implantar; 6 mil leitos novos em unidades mistas e 1.425 novos módulos de emergência.

Cena de 7 de Setembro



Ronaldo de Sousa

Enquanto rádios e estações de televisão cumpriam a programação publicitária divulgando o slogan "A Independência Somos todos nós", vários setores da população brasileira mostravam de uma forma ou de outra o que somos todos nós., não na televisão ou no rádio, mas na labuta diária. Na favela do Barigui, em manifestação simples, mas significativa, mais de quinhentas pessoas de várias vilas construíram em mutirão duas casas que estavam embargadas pela Prefeitura Municipal e guardadas por dez policiais.

Mutirão é uma palavra muito conhecida dos moradores das vilas, que estão acostumados a prestar ajuda mútua entre si. Neste caso tratava-se de uma ajuda a duas famílias que tiveram suas casas deslocadas da Vila das Torres para o Barigui. Tudo estava direito, com autorização da Prefeitura Municipal e tudo mais.

Mas para não deixar as casas serem novamente levantadas, obrigando assim a população a aceitar a Cohan na marra, dez policiais guardavam o local. Estes mesmos policiais impediram um primeiro mutirão de oitenta pessoas. Não houve dúvida, reunidos no domingo, sete de setembro, os moradores das vilas mobilizaram-se e no dia seguinte foi feito o mutirão. De caminhão, ônibus e bicicletas, chegavam moradores de diversas vilas e bairros. Eram mais de quinhentas pessoas, que juntas, reergueram as duas casas.

O mutirão foi feito pacificamente e a construção (sempre acompanhada de perto pelos policiais) acabou bem na hora em que caiu uma forte chuva. As duas famílias já estavam abrigadas e o povo mostrou mais uma vez, de maneira simples, o poder de sua união. Como diz Jairo Gramino, presidente da Associação de Moradores e Amigos de Vila Formosa, que participou ativamente do mutirão, "foi uma demonstração de unidade em defesa dos direitos justos, não uma demonstração de valentia, mas uma demonstração de união".

Boqueirão danado com o desrespeito da Sanepar

Na Rua das Carmelitas, no Boqueirão, os moradores haviam instalado manilhas para o esgoto por conta própria. A Sanepar enviou operários para arrancar as manilhas e explicou que estas eram muito pequenas, e que estavam provocando inundações. Mas os moradores dizem que a rua fica alagada porque um bueiro que está abaixo da linha do trem está sempre entupido de terra.

Além de arrancar as manilhas que haviam sido compradas e instaladas pelos moradores a Sanepar abriu na rua uma valeta de mais de dois metros de largura.

As inundações continuam só que agora os esgotos correm ao ar livre. Para fazer um novo sistema de escoamento de águas servidas a Sanepar exige que cada um pague mil cruzeiros por manilha.



Até há dois anos atrás, polícia, fiscal da prefeitura e capanga de dono de terra entrava na favela e fazia a festa. Hoje, alguma coisa mudou... São 37 associações.

A periferia cresceu e se organizou e mudou muito

Com quase dois anos de existência o movimento de associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba é um dos exemplos mais vivos e atuais de organização social. Nesse espaço de tempo muita coisa mudou na periferia. A população constituída basicamente de ex-lavradores - impôs-se na luta por moradia e infra-estrutura básica negada pelo Poder Público. E, de forma organizada, agigantou-se, adquiriu consciência e mostrou à cidade e às autoridades que existe. E em que condições!

A retomada do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Curitiba, o primeiro sindicato operário a sair das mãos dos "pelegos", é um resultado concreto da movimentação das associações de bairro. Hoje são perto de 37, espalhadas na periferia e, já também, em cidades vizinhas como Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Colombo e Almirante Tamandaré. Mas as coisas caminhar com dificuldades. Uma delas surgiu com o aparecimento nas vilas do debate político-partidário, que se vem somar as "manoras" da Prefeitura Municipal, conforme atestam os dirigentes das associações.

Quem nas vilas não se lembra dos duros tempos em que os favelados viviam sob constantes ameaças de fiscais, policiais armados e capangas de supostos proprietários de áreas litigiosas? Não foram poucos os barracos com mulheres e crianças dentro derrubados por máquinas. Só da favela da Vila São Carlos foram retiradas, mediante emprego de violência, mais de 800 famílias. Foi através do movimento das associações que os favelados viram respeitados seus direitos básicos. Atualmente, a situação é outra, conforme conta João Muniz dos Santos, presidente da Associação da Vila Nossa Senhora das Graças:

"As pessoas hoje se sentem bem melhor. Aprenderam a pensar e a lutar, aprenderam a conhecer seus direitos, até então desconhecidos. Aprenderam que têm direito a moradia, coleta de lixo, rede de água, esgoto e luz, escola, creche, posto de saúde. Enfim, as pessoas aprenderam a lutar por seus direitos. E ja-

mais esse povo vai parar de lutar".

João recorda a mudança de tática do prefeito Jaime Lerner que após prometer a retirada dos fiscais das vilas - em encontro mantido com representantes de associações, em oito de julho de 1979 -, trocou-os por controladores físicos e assistentes sociais. "Elas humilhavam a gente: diziam que eram estudadas, formadas em faculdades, e que nós éramos ignorantes e não sabíamos nada. Elas tentaram dividir nosso movimento formando outra diretoria. Todos protestaram e elas foram expulsas".

O movimento levado pelas associações tem contribuído para muitas mudanças. Até nos sindicatos há reflexos de uma conscientização sobre os direitos básicos de cada um na cidade.

Ao contrário de muita gente, João acredita que a luta das associações não se esgota com a conquista de reivindicações básicas: "Daí é que vamos exigir mais e mais. Vamos exigir a participação na elaboração das leis, senão eles fazem como bem entenderem e nós vamos acabar nos palanques das cercas".

Sobre os trabalhos realizados na Vila Maria, é o presidente da Associação, Maciel César Pelosi, quem fala: "Há dois anos não tínhamos luz, água, nem ruas. Formamos a associação e desenvolvemos todo um trabalho coletivo de abertura de valetas, limpeza e conservação da área, escoamento, abertura de ruas e ensaibramento. Hoje as pessoas se sentem com mais segurança e confiança. Elas sabem que a associação é uma garantia de luta. E a luta continua, não vai parar não".



Mas o movimento levou a participação a parte, em muitas semanas, através da associação de pertencimento. Hoje o povo é libertado da dependência da não existência de um amplo movimento de associação da cidade.

Muitas famílias das com o sistema de reforma de ruas, arruamentos. A Associação de Vila Formosa e a ocupação de cento a cento (Caixão), erguem os seus próprios serviços.

Esse movimento com orgulho com o exemplo de exemplo como em favelas, a e

PT faz primeiro encontro municipal

Ligação estreita do PT com todos os movimentos populares; luta pela liberdade sindical, com apoio às oposições sindicais e diretorias autênticas; luta pela liberdade política, com denúncias das repressões que vem sendo sofridas pelo partido para evitar sua legalização; e uma ampla campanha de organização e ampliação do PT na região metropolitana de Curitiba. Estas são as principais conclusões do I Encontro Municipal do Partido dos Trabalhadores, que reuniu cerca de 180 militantes no último dia 5 de outubro.

Durante o Encontro foi eleita ainda a comissão diretora municipal do PT que deve encaminhar as lutas e a organização do partido na capital, ficando a comissão diretora regional encarregada da expansão do PT no interior do Estado. A comissão municipal eleita no domingo ficou composta pelos seguintes militantes: Inês Pellizzaro, Carlos Ruggi, Pedro Chaves da Silva, Maria Aparecida de Oliveira, Maria Arlete Rosa, Luiz Carlos Albinatti, Raul Napoleão, Valpir Borges Pinto, João de Oliveira Vermelho, Maria do Carmo Carvalho, Rosa Ferreira dos Santos. E como suplentes: Paulo Mello, Maria Aparecida de Oliveira, Hilton do Espírito Santo e Maria Helena Miranda.

TAREFAS DEMOCRÁTICAS

As discussões do Encontro Municipal do PT em Curitiba foram embasadas em uma resolução política da comissão diretora nacional, onde o partido propõe seus objetivos prioritários nacionais atuais.

As tarefas dos militantes do PT, especificadas no encontro de Curitiba, tem três grandes objetivos: uma campanha pela organização dos trabalhadores, com lutas pela liberdade política, sindical e reforma agrária; um debate interno sobre o momento político atual e, finalmente a luta pelo registro do Partido dos Trabalhadores.

Nesse sentido foram decididas diversas atividades práticas como, por exemplo, o encaminhamento de um abaixo assinado em protesto contra as perseguições que vem sendo sofridas por lideranças do Partido dos Trabalhadores, como o enquadramento de Lula e Jacó Bittar na Lei de Segurança Nacional. As assinaturas serão recolhidas depois da realização de comícios relâmpagos nas vilas, locais de concentração como terminais de transporte, entradas de fábricas, etc.

Em relação à liberdade sindical os militantes do PT se comprometeram a reforçar campanhas de sindicalização nas suas categorias profissionais, levando os trabalhadores a defenderem seus direitos dentro dos organismos de representação. Como um todo, o partido deve apoiar as lutas dos movimentos de oposição sindical e as diretorias autênticas, denunciando tentativas de impedir a livre organização dos trabalhadores como os recentes acontecimentos envolvendo as oposições sindicais dos trabalhadores na Construção Civil e dos Metalúrgicos.

Sobre a organização e expansão do PT, o encontro deliberou a realização de uma ampla campanha de filiação, estruturando o Partido nas cinco zonas eleitorais da capital, o fortalecimento dos núcleos existentes e a criação de outros núcleos. Atenção especial será dada à formação básica dos militantes, com a elaboração de textos para discussão nos núcleos que visem não apenas aglutinar novos militantes, mas também elevar o nível de consciência política dos filiados ao PT.

Tatuquara reage com ato público

Um ato público pela defesa da posse da terra e desapropriação em favor dos moradores reuniu, na manhã de 14 de setembro, perto de 700 pessoas na Vila Tatuquara. Foi uma forma de resposta aos abusos cometidos pela Imobiliária Minas-Paraná, cujas capangas vem tentando expulsar da área os moradores.

Os moradores da Tatuquara compraram os terrenos de loteadores clandestinos, e alguns já há mais de 20 anos. Com a construção há quatro anos da Ceasa, nas proximidades, a área ficou valorizada. Hoje, os moradores sofrem violência e pressões de pessoas e da imobiliária, todos alegando, que são os "legítimos proprietários".

O ato público também serviu de protesto contra a "política de exploração da Cohab" que, ao invés de apresentar um plano de habitação popular compatível

com as condições dos moradores das vilas, vem tentando dividi-los, negociando em separado com grupos de cinco ou seis pessoas, sem consultar as associações de bairro.

O ato público foi convocado pelo Conselho de Representantes das Associações de Moradores e Amigos de Bairro, de Curitiba, e contou com a presença de representantes de partidos opositores e de entidades democráticas.

Dona Maria dos Prazeres, a combativa presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tatuquara, conclamou à união: "Desgraçados daqueles que desunem, daqueles que dividem. Não é o seu prefeito, o seu governador quem vai resolver nosso problema: somos nós mesmos com a nossa força e a nossa união".

Francisco Rodrigues, também pemedebista, opina: "Se por um lado a questão dos partidos prejudicou, por outro também ajudou, porque os políticos viram-se obrigados a se pronunciar sobre os problemas das vilas".

Para João Muniz "as pessoas aprendem muita coisa na luta político-partidária. Acredito que isso reforça nosso movimento e faz crescer a associação. As pessoas vão aprendendo e, logo, passam a pensar até em interferir no Poder Público. Por isso vejo com bons olhos essa questão. Muita gente pensa que para ser político é preciso ser formado; não é preciso não, basta saber enfrentar as batalhas".

Outra questão que caminhou junto com a luta por melhores condições de moradia e vida, nas vilas, é a do sindicalismo. Antes mesmo das greves do ano passado, principalmente a dos metalúrgicos e a dos operários da construção civil, a questão já vinha sendo discutida nas associações. Contudo, devido a espontaneidade da greve dos pedreiros e despreparo das lideranças, estas não conseguiram intervir e dar uma direção ao movimento. Todos os membros da nova diretoria do Sindicato, entretanto (agora), estão ligados ao movimento de associações de bairro. As associações prestaram solidariedade e apoio material, com fundos e alimentos, aos movimentos paredistas eclodidos na época. Inclusive, colocaram as sedes a disposição de grevistas, reuniões.

As coisas mudaram muito na periferia da cidade. As favelas estão deixando de ser favelas, a população adquire consciência e até os hábitos estão mudando. Hoje, existem nos bairros movimentos de mulheres por creches, clubes de mães, discutem educação, carestia, noções básicas de higiene e saúde. Em alguns núcleos já se discute a formação de cooperativas de consumo.

No curso da luta e população travou várias batalhas, que hoje se incorporaram a história do movimento. Algumas delas são citadas como verdadeiros exemplos de resistência, como as mobilizações - com mulheres e crianças a frente - para impedir que funcionários públicos derrubassem barracos nas vilas São Carlos, Santa Helena, Nossa Senhora das Graças e Jardim Futurama. Igualmente, são lembradas com orgulho mobilizações como as do primeiro de maio do ano passado, a de oito de julho no encontro com o prefeito, no Dia de Unidade das Associações - de 1979 e o mutirão gigante da Vila Formosa, no início deste ano.

esceu, zou to

gando às casas localizadas próximas da rede. Enquanto isso a população cria raízes na área, assumindo os encargos de responsabilidade do Poder Público - limpeza, conservação, abertura de valeta e arruamento - e continua na luta pela principal reivindicação: a liberação dos terrenos.

Nos bairros, moradores não poupam críticas à prefeitura. Há quem diga que a Cohab, ao lado do DDS, faz subversão. Ou seja: reúne meia dúzia numa sala e decide por muitos.

Os dirigentes das associações não poupam palavras para criticar a Cohab - "a maior imobiliária que existe" - e o Departamento de Desenvolvimento Social, criado por Jaime Lerner, como parte do Projeto Vizinhança. "A Cohab está fazendo um trabalho subversivo: junta quatro ou cinco famílias numa sala fechada e procura negociar diretamente com elas, sem ouvir as associações", explica Oswaldo. Já o DDS, para os dirigentes das associações, "na verdade não desenvolve nada e pretende controlar o movimento".

Quanto a questão político-partidária, os dirigentes possuem opiniões divergentes, sobre a contribuição para o esvaziamento do movimento das associações. "Isso não influiu. O movimento das associações é uma coisa, e a questão dos partidos políticos, outra, e não podem ser confundidas. Temos que manter a posição política independente das associações". As palavras são de Oswaldo, endossadas por João Soares, ambos dirigentes da Vila Formosa e militantes do Partido dos Trabalhadores.

Já o pemedebista Maciel César discorda: "No início contávamos com 25 a 30 representantes de vilas nas reuniões do Conselho das Associações. Agora, com a questão dos partidos políticos, muitos deixaram de comparecer. É claro que as coisas andavam melhor antes". Sobre a questão, o tesoureiro da associação da Vila Meria, Ostilio,

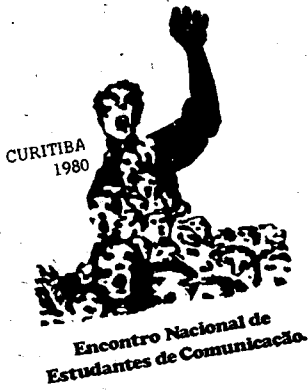


Por exemplo de urbanização próprios moradores coletivos de fim de da Vila Formosa. "Associação houve um descontentamento para a luta, gente que é um povo lidando com a opressão. Mas muitos satisfeitos, querendo ainda mais o trabalho em exercício, Oswaldo de Oli-

vilas foram beneficiadas por trabalhos de relocação e barracos, divisão de lotes e outras melhorias. Conta com creche e público. Dia dois de ano 600 pessoas da e outras vilas fizeram e duas áreas (pertencendo Econômica e ao Estabelecimento) nesse dia 20 barra-

o gigante é lembrado Uma espécie de laboratório Vila Formosa serve para as demais vilas. Aí, outros núcleos de energia elétrica está che-





Estudantes se reúnem e discutem a comunicação

Os cursos de Comunicação Social estão ameaçados de desaparecer, para se transformarem em cursos de pós-graduação. Assim, a Odontologia, a Medicina, a Arquitetura, etc. poderão formar jornalistas. Isto não seria um problema, se todos recebessem formação humanística. A grande questão é que o jornalismo pode se tornar apenas um instrumento para avanço técnico, e não de preocupação social.

Preocupados com o fim do espaço destinado ao homem comum nos meios de comunicação, os estudantes de Comunicação Social realizaram um debate em Curitiba no fim de setembro. O conjunto de discussões se chamou Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social, e foi o quarto realizado até agora.

POR QUE FOI EM CURITIBA

O principal motivo para a realização do Enecon em Curitiba foi o fechamento do Curso na Universidade Católica do Paraná, já no ano passado.

Para os estudantes, o fechamento do curso significou que esta escola está preocupada só com o lucro, e explica: "quando os alunos pediam mais equipamentos, participação na Rádio Santa Felicidade, criação de um jornal-laboratório, diminuição de número de vagas de 120 para 60, a Universidade respondeu com o fechamento do curso, alegando que não tinha condições para mantê-lo".

Os alunos estranham que a universidade católica não conte o que faz com o dinheiro das mensalidades. O curso está fechado, é fim-de-ano, e os alunos não sabem se haverá vestibular para o jornalismo no ano que vem.

Falta de diálogo leva jornalistas a dissídio

Os jornalistas do Paraná estão em dissídio coletivo. A razão disso foi a impossibilidade de chegar-se a um acordo com os patrões sobre uma série de reivindicações apresentadas pelo Sindicato para o acordo coletivo desse ano, os jornalistas apresentaram uma lista de 57 reivindicações.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, Desidério Peron, diz que, nas quatro negociações feitas com donos de jornais, rádios e empresas de publicidade, as discussões giraram em torno de problemas gerais relativos à profissão. "Nossa classe, pois isso atualmente não existe". De todos os encontros mantidos a única coisa que se conseguiu foi uma contra-proposta considerada como ofensiva à categoria. A partir disso, numa Assembléia Geral, deixou-se pelo dissídio.

As reivindicações principais

Entre as reivindicações principais apresentadas pelo Sindicato está o reajustamento de salários nos mesmos índices do INPC vigente para o mês de outubro de 1980, acrescidos de 50 por cento a título de produtividade. Esse direito deverá ser assegurado também a todos os que recebem salários superiores ao mínimo. O piso salarial da categoria não poderá ser inferior a seis vezes o maior salário mínimo vigente no país. No reajustamento semestral de abril deverão ser usados os mesmos cálculos do INPC para o piso salarial. Pede-se também um abono salarial de 15% a partir de 1º de janeiro de 1981 a ser deduzido do próximo reajuste. Um outro ponto reivindicado é o pagamento de salários iguais a todas as funções jornalísticas, com exceção de redatores e noticiaristas.

No caso de repórteres fotográficos que utilizarem seu próprio equipamento, as empresas deverão pagar um adicional de 50 por cento sobre o salário efetivo. Se os mesmos desempenharem tarefas de laboratório, deverão rece-

ber 50 por cento a título de insalubridade.

O período convencional de trabalho para jornalista é de cinco horas diárias. Como a maioria trabalha muito mais tempo do que isso e não recebe pelas horas extras, propôs-se a introdução do cartão-ponto batido pelo empregado, na entrada e na saída.

A contra-proposta dos patrões

A resposta dos patrões ignorou as reivindicações dos jornalistas e também o reajuste salarial decidido pelo governo. O que a classe está reivindicando em termos de salários já prevê os aumentos semestrais como ponto pacífico. Pede-se, no entanto, um reajuste em cima do que já foi obtido, em função do acordo específico da categoria. Os donos das empresas jornalísticas propuseram dois itens básicos. O primeiro seria um empréstimo às empresas, concedido pelos jornalistas para que as mesmas possam resolver seus problemas financeiros. Esse empréstimo consistiria em 10 por cento do próximo reajustamento, devolvido após um ano, sem juros nem correção monetária. O outro item propõe que, com até dois anos de registro em carteira, o salário seja de 40 por cento do piso vigente. Isso inclui não só os iniciantes na profissão mas todos os demais que estejam na mesma situação com relação a registro. Para os diagramadores, revisores e fotógrafos sugere-se um corte de 50 por cento do salário mínimo vigente.

Os patrões propõem, ainda, que para o caso dos editores, o acordo seja feito através de negociações diretas empregados-empregador.

"Essas propostas, diz Peron, além de ignorarem o que já foi obtido seria a implantação do escalonamento, ao qual nos opomos e da rotatividade. Cada vez que o iniciante estivesse por completar dois anos seria despedido e um outro iniciante contratado em seu lugar".



Airton gastava 500 mil por ano.

Federação pagava tudo.

ENFIM, ACABOU.

O novo presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Washington Mello, está solicitando aos sindicatos filiados, autorização para fazer empréstimo de dinheiro, para que a entidade possa funcionar até o fim do ano. Como ele mora em Belo Horizonte, precisará fazer muitas viagens até Brasília, por conta da Federação. Só que ele não pretende tornar isto uma praxe, como fez Airton Baptista. Ele vai se mudar a Brasília, para poder, no mínimo, trabalhar um pouquinho pela categoria, que durante anos não teve qualquer importância para a Federação.

Para justificar a necessidade de emprestar este dinheiro, ele solicitou um levantamento nos gastos feitos pelo Airton Baptista, somente este ano. E, embora o Sindicato do Paraná não tenha divulgado estes dados, eles chegaram à redação do "Trombone". Com os dados, uma correspondência de Washington Mello, circular 8/8, expõe as razões do empréstimo. Em outra, diz que sua mudança a Brasília (uma das causas da necessidade de emprestar dinheiro) vai significar uma economia de pelo menos 500 mil cruzeiros anuais à federação, ou seja, ao bolso dos jornalistas que a mantém. Estes 500 mil por ano eram, em média, gastos com despesas pessoais de Airton Baptista, no seu ir e vir de Brasília. Eis os números:

Na prestação de contas que é apresentada, aparecem termos discriminatórios como "despesas feitas pelo Sr. Airton" - Cr\$ 25 mil; despesas telefone Sr. Airton e Federação, Cr\$ 54 mil, despesas, despesas, tudo na casa dos 30 mil, 45 mil, afora passagens, hotel, etc. No mês de agosto deste ano, se gastou nada menos que 322 mil em passagens, mais 204 mil em hotel, mais uma série de gastos inexplicáveis, já que os sindicatos já arcam com muitas despesas.

Ao todo, cerca de um milhão e seiscentos mil em despesas, e não sabemos de nada que o sr. Airton tenha feito pela categoria, a não ser mexer seus pauzinhos, ainda bem que inutilmente. Pelo menos é o que parece até agora.

Imprensa cai no conto da polícia e prejudica gente inocente.

Os rapazes Luiz Carlos e Arion Garcia podem cobrar da imprensa um prejuízo que levarão pela vida inteira. A imprensa paranaense, especialmente a curitibana lhes deve todo e qualquer reparo, por ter sido ingênua ou agir de má fé.

Luiz Carlos e Arion são filhos do motorista de táxi Ismael Garcia, assassinado com três tiros de revólver em pleno dia. Os dois foram acusados de matar o pai. Ainda sob trauma da perda paterna, foi difícil aos dois provar o contrário. Fez-se

insinuações. Por que Luiz Carlos cortou o cabelo? Ihe inquiriu a imprensa, maoldosamente.

O que se nota, agora que os verdadeiros assassinos foram presos, é que a imprensa está, sempre, ingenuamente ou com interesses outros, caindo no jogo da polícia.

Dá até para imaginar um policial, pode ser delegado ou agente fazendo um trato com o pessoal: olha, vocês fazem estas acusações, porque ajudam a apuração do crime, e a gente passa tudo pra vocês, tá legal?

Assim não dá, minha gente. Jornalismo não é isso não. Jornalismo não se faz a-t-avés de conchavos e utiliza do pessoas inocentes pra vender mais. Temos que resguardar um mínimo de decência, para, pelo menos, não destruir a vida de dois rapazes. Se eles estão envolvidos com jogo do bicho, deixa a polícia se matar com eles, pois não está fora da jogada não.

A gente tem é que reportar, com a devida inteligência, o que está acontecendo por aí. Aos rapazes Luiz Carlos e Arion, um conselho: saibam em quem confiar daqui pra frente, pois a vida será dura depois de terem sido acusados de assassinos do pai.

Irene Ravache também nos out doors anunciando a Cofap.



MACHISMO:

A OFENSA

VEM

PELA TV

Elas são mulheres, manequins, ditas liberadas. Mas tem como grande sonho um bom casamento. Este "boom" dignifica: um marido, executivo capitalista, de preferência que permita "pequenas fugidas", que lhe dê filhos, casa confortável, dois carros à porta e uma libertação: a do trabalho fora de casa.

É assim que a mulher vem sendo apresentada na televisão, e a especificação da profissão no exemplo acima é mera coincidência com o argumento da novela das sete da Globo, "Plumas e Paetês", um assunto, aliás, que muito interessa à grande massa trabalhadora brasileira.

Interromper uma interessante leitura para buscar um copo de Brahma para o maridinho roubar na cozinha um pouco da espuma dos copos de cerveja das visitas "dele", ou ser colocada como servil que acorda à noite toda para dar Tiratose ao Zezinho, tem resumido exatamente o que pensam os homens sobre as mulheres. Embora atuantes no mercado de trabalho, inclusive no jornalismo e propaganda, pouco tem conseguido influenciar nas decisões dos homens sobre o seu papel. Então, é mais fácil jogar esta imagem que ridiculariza o exemplar feminino, do que pensar em soluções mais inteligentes para se fazer um comercial ou, até... uma novela.

Outro dia apareceu na televisão um sujeito norte-americano falando sobre a mulher e a propaganda. E mostrou ter um simanco um pouco mais atilado que os nossos aqui. Disse que na situação atual, quando as mulheres disputam espaços no mercado de trabalho com os homens, fazer propaganda dirigida só a elas é burrice e pura perda de dinheiro. Como sabemos que quando alguém encomenda campanha publicitária não está a fim de perder dinheiro, parece que o machismo tem uma importância tão preponderante e inconsciente, que supera as expectativas até dos clientes.

Por isto, não é de espantar quando se liga o televisor e assiste a mais um episódio machista, que nem a Malu Mulher pode superar.

Na tentativa de tornar mais liberalizante a relação com o feminino, o tratamento consegue ser grotesco. E um exemplo disto é o segundo episódio da campanha da Cofap, que dá trinta por cento dos descontos na troca de amortecedores. No primeiro episódio a mulher, encarnada pela maravilhosa Irene Ravache, tem força, e cumpre um papel importante. No segundo, outra atriz parecida com ela é colocada num ridículo espaço, aqui explicado: é uma mulher com ares de "homem enfezado", que fuma com as pernas cruzadas, fala secamente, quase grosso, e é ridicularizada pelo deplorável personagem encarnado por Luis Gustavo, conhecido como "machão" desde Beto Rockfeller, a maior apologia ao machismo já feita na tevê.

Estas tentativas, destinadas, acreditamos, a um público maior, por uma mulher feminista de curta de carona, acabam por criar caricaturas.

O que se vê sempre é a mulher lavando louça, roupa ou assoalho, e este papel só é substituído por um homossexual, um negro (como empregada doméstica) ou um simpático homem que transmite a mensagem à Mulher. Portanto, não foge, em nenhum momento ao desprezo pelas minorias, e reforça a supremacia do macho. Em outras oportunidades a mulher é colocada em situações impossíveis, como aquela que compara uma loja de materiais de construção a uma boutique, ou a outra que faz um tremendo charme para lavar os cabelos e depois entra num ringue de luta livre. Em ambos os casos é claro o desprezo dado à inteligência ou capacidade de crítica da mulher.

Tudo isto, batido num liquidificador e coado, dará uma receita exata da visão que os comunicadores tem do papel da mulher.

Malu, encarnada por Regina Duarte, é um dos raros espaços abertos ao feminino inteligente, condição que nos distingue dos animais irracionais. Entretanto, em algumas situações, os itinerantes autores dos episódios não fizeram outra coisa senão justificar os "erros" de Malu ao tentar "exceder", e partiram até para o

oposto. Colocam o ex-marido de Malu como um idiota, que, afinal, "aguentou" durante tantos anos uma mulher tão falastrona como esta socióloga liberada e desquitada.

Nos outros espaços televisuais, a mulher estará sempre exercendo o papel que, enfim, lhe destinou a sociedade machista. Ela será jornalista, mas editora de modas; será médica, mas não terá o discernimento nem a frieza suficientes para exercer a profissão; será advogada, mas tentará casar-se com o cliente; ou empresária. Mas se arrependerá por tentar ser independente, e se casará com o escritor, que por sua vez esquecerá sua namorada guerrilheira, por, decerto, ser mera ficção na cabeça do autor.

Estas constatações ficam mais evidentes quando Gabeira vai à tevê e é entrevistado por várias personalidades, entre as quais dois jornalistas homens. Estes tentarão ridicularizar Fernando Gabeira por defender os movimentos feministas, e perguntarão pela "ideologia" das mulheres feministas de classe média, como se estas não representassem os dois mais importantes segmentos da sociedade brasileira.

Estes dois jornalistas, que convivem diariamente com as notícias, tem tomado conhecimento de uma série de crimes contra mulheres. E não se pode dizer que se trata apenas de panteras mineiras, e sim de mulheres que tentam fugir ao cerco formado pelos homens de Minas Gerais, de cujo caráter corrente não é preciso falar. Também há poucos dias, Geraldo Lima Barros, outro marido assassino, foi considerado inocente pelo júri popular, composto somente por homens, em Minas Gerais. Neste mesmo dia, o presidente do Tribunal do Júri daquele estado disse que enquanto estiver lá, mulher não entra.

Diante dos fatos; diante da constatação de que hoje a televisão vem exercendo fundamental papel na formação e deformação cultural do país, não será um grande erro se dissermos que ela é machista, e responsável pela visão que se tem da mulher brasileira.

(Télia Negrão).



Estes são os seres respeitados pela Rádio Cidade. Ali jornalistas não têm lugar, apesar de se falar na Equipe 670.

Uma experiência na Rádio Cidade

No dia 4 de agosto, a Rádio Cidade de Curitiba iniciou uma programação completamente diferente da anterior: agora com bons noticiários, programas de variedades, repórteres em várias áreas, a Cidade tentou (e talvez até tenha conseguido) balançar o esquema tradicional do rádio em Curitiba.

Pelo menos, toda a propaganda iniciada anteriormente indicava essa disposição. Mas, como a propaganda nunca é imparcial, muito pelo contrário, é necessário analisar alguns elementos não mostrados pelos anúncios, mas que estão na base de toda a experiência.

Em primeiro lugar, a Rádio Cidade, mesmo mudando todo seu esquema, nem por isso deixou de ser uma rádio: isto é, um mercado de trabalho menos favorável para a mão-de-obra que os próprios jornais. Para que a Cidade desse certo, era necessária uma equipe mínima de bons redatores, bons repórteres, bons produtores, bons disc-jóqueis, etc. Evidentemente, a Cidade deveria fazer o possível para não inflacionar o mercado. Não que a Rádio Cidade seja pior que as outras. Não se pretende aqui concentrar o fogo em cima delas, mas apenas mostrar como a Cidade é um bom exemplo do que por aí vai.

É bom que se diga que o espírito da novidade tomou conta de grande parte dos trabalhadores da Rádio. Em pouco tempo, a maioria estava fazendo carradas de horas extras, desempenhando funções para as quais não estava contratada, em outras palavras, desvalorizando seu próprio trabalho.

E aí que entra o outro problema, que é principal para nós.

A pedra basilar da nova programação era constituída pelo departamento de jornalismo, por vários motivos. Era ao jornalismo que cabia justificar o caráter de "rádio presente a tudo", atribuído pela propaganda à Cidade. Uma rádio atual, viva, dinâmica, aparelhada para estar em cima de todos os fatos, só podia vingar com um razoável equipe de redatores e repórteres.

Um segundo elemento reside na própria qualificação dos profissionais que assumiram esta tarefa precisa. Vindos, todos eles, de experiência em jornais, difícil-seu trabalho. Logo, as exigências feitas pela equipe de jornalismo para realizar um bom trabalho começaram a entrar em choque com as limitações que a própria Cidade se impunha.

O terceiro ponto, a nosso ver fundamental, refere-se à própria situação política do país, cuja explosividade, no período de que tratamos (julho/agosto de 1980), exigia da equipe de jornalismo um tratamento objetivo, que não podia ser aceito pelos responsáveis pela programação. Os fatos ocorridos nacionalmente ofereceram a maior parte dos pontos de atrito entre os jornalistas e os chefes.

Entrevistas com dirigentes de associações de bairro, falando mal do governo ou da prefeitura, eram mal vistas e quase chegaram a ser vetadas. Este é apenas um exemplo pequeno perto do que aconteceu quando da onda de atentados.

Primeiro, uma repórter trouxe a informação de que havia uma ameaça de bomba contra uma entidade estudantil. A matéria foi vetada.

Pior foi quando as bombas fizeram as primeiras vítimas no Rio de Janeiro. Uma notícia confirmada por várias fontes fidedignas (desculpem o termo), como a sucursal carioca da Folha de São Paulo, foi vetada com o argumento de que não havia fontes!

Por ter editado essa notícia (o que, de resto, qualquer jornalista em seu perfeito estado mental faria), uma das redatoras foi despedida. E, devido a esse fato, que configura uma pressão interna impossibilitando um trabalho mais sério, a Equipe 670 de Jornalismo, tão badalada, apresentou sua demissão. Ou seja, três redatores e uma repórter.

Um dos argumentos apresentados para justificar tanto controle sobre o produto do trabalho da equipe de Jornalismo era que uma rádio não é igual a um jornal, pois é uma concessão do governo, que este pode cassar a qualquer momento. Trocando em miúdos, para linguagem mais clara, qualquer pretensão da rádio em conseguir novas frequências ou aumentar sua potência, ou mesmo continuar como está, poderia ser comprometida pelo teor de sua programação jornalística.

A pergunta que cabe fazer é: que temos nós, simples profissionais, proprietários apenas de nossa força de trabalho, a ver com todas essas altas maquinações?

É um desejo justo de todo jornalista poder realizar um trabalho decente, do qual ele não precise se envergonhar, um trabalho que apresente os fatos, que consiga discernir entre esses fatos quais os realmente importantes, quais os triviais. Os critérios de seleção das informações, se são necessários, mesmo por uma questão de operacionalidade, não devem ter contido qualquer relação com "critérios" que escapam totalmente à prática do jornalista, que são completamente estranhos ao trabalho do jornalista. Se o jornalista, principalmente aquele que trabalha em rádio, começa a basear seu trabalho nos "critérios" dos donos da frequência, babau... adeus objetividade, adeus liberdade de informar.

Porque, no fundo, a rádio tem liberdade para informar qualquer coisa: seus donos são senhores de seus atos, escolhem o que querem ou não querem informar. Quem acaba perdendo a liberdade é o jornalista.

(RS)

Brasil

O equilíbrio de forças e a divisão do mundo em áreas de influências depois da 2ª Guerra Mundial está em perigo. A guerra entre o Irã e o Iraque é uma tentativa de restabelecer esse balanço entre as duas potências, Estados Unidos e União Soviética. Com a derrubada do Xá, o Irã que era área de influência americana no Oriente Médio, começou a mostrar que não tinha interesse em continuar sendo baluarte dos Estados Unidos nem em aproximar-se dos soviéticos. Existem também os interesses das companhias petrolíferas que perderam muito de suas regalias no Irã após a revolução de Khomeini. Ao mesmo tempo, a maior parte dos países compradores de petróleo, estavam com seus estoques cheios para muitos meses e isso provocou a estabilização dos preços, o que também não é interessante para as companhias, que querem aumentar seus lucros. A guerra entre os dois países tem também motivos religiosos e territoriais mas esses foram "desenterrados" pelo Iraque para justificar seu ataque contra o Irã que incomoda tanto os interesses do mundo capitalista como a estrutura feudal do mundo árabe.

Na América Latina, área de influência americana, os Estados Unidos lutam com unhas e dentes para manter seu domínio. Promovem golpes de estado, fornecem armamentos a regimes repressivos e usam a ajuda econômica como instrumentos de pressão. Envia também idéias que são adotadas por governantes tais como a da "democracia relativa" ou "controlada" e da necessidade de uma ação conjunta dos governos para combater a subversão. É toda a tentativa de questionar os regimes em vigor é chamada de subversiva com algumas excessões que se batizaram de "abertura relativa". É principalmente nesse sentido que devemos analisar as viagens presidenciais a países vizinhos como as de Figueiredo à Argentina, Paraguai e Chile. Sua importância é política primeiro e econômica em decorrência. Aí entram as articulações para a oficialização do Pacto do Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai) que já funciona na prática há alguns anos.

Chile

Augusto Pinochet Ugarte é o homem que há 7 anos liderou o golpe de estado contra o presidente Salvador Allende que havia sido eleito em eleições normais pelos chilenos. Três meses antes de liderar o movimento que provocou a morte de Allende e de milhares de chilenos e a transformação do país num enorme campo de concentração, Pinochet havia sido nomeado comandante em chefe do Exército do Chile. Dado o golpe com o apoio da direita, do Partido Democra Cristiano e da CIA, revelou sua pouca intenção de entregar o poder aos civis que o apoiaram. Tornou-se o homem forte do Chile como o presidente da Junta Militar que substituiu o governo constitucional.

Pinochet considera-se como um grande paladino da luta contra o comunismo e em todos os seus discursos acusa ao antigo governo de ter "levado o país à beira da guerra civil" e de ter semeado o "caos e a desordem social e econômica". Apesar de dizer-se católico, apostólico e romano, tem sido acusado pela Igreja de ter violados os direitos humanos.

Em nome da liberdade, Pinochet e sua junta conseguiram em poucos anos destruir várias conquistas sociais adquiridas durante muitas décadas de luta. Dos 3,7 milhões de hectares entregues a novos proprietários numa reforma agrária que desenvolveu-se

DITADURAS

"Todos nós temos a tendência de achar que o que acontece no resto do mundo não tem nada a ver conosco. Ou melhor, não tem muito a ver. Mesmo fatos que acontecem perto de nós no Uruguai, Argentina ou Paraguai, por exemplo, são vistos como algo que acontece longe"

Bolívia

A Igreja boliviana divulgou um documento condenando os assassinatos, torturas e prisões cometidos pelo regime militar de García Meza. Elaborado por bispos bolivianos o manifesto denuncia a morte violenta de cidadãos, aprisionamentos, torturas físicas e psicológicas, invasão de domicílios, e roubos, destruição de instalações de rádio e outros bens, perseguições e ameaças, demissões em massa, recusa de salvo-condutos e asilados, confinamento e destituição.

Vários padres e freiras foram aprisionados e torturados e "submetidos a tratamentos humilhantes". Além disso, o documento revela que "cerca de 30 casas religiosas foram invadidas, muitas submetidas a saque e um bom número de sacerdotes e religiosas teve que se ocultar devido às ameaças recebidas". Em vista disso, os bispos pedem garantias para o trabalho da Igreja afetado pela repressão e pela manipulação oficial das informações.

A Igreja boliviana deixa claro no documento a sua "rejeição da doutrina da segurança nacional que está inspirando muitos dos responsáveis pelo processo que a Bolívia vive nestes instantes". Os bispos perguntam: "Como podem chamar-se cristãos aqueles que cometem violações contra esta altíssima dignidade do homem ou que sustentam doutrinas as quais muitos homens não são considerados como irmãos, mas como inimigos?"



Cone Sul

Os governos da Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia mostram-se cada dia mais dispostos a formalizar o que já existe na prática há alguns anos: um pacto do Cone Sul. Com a popularidade das fronteiras ideológicas, entre militares do extremo sul da América Latina, o pacto tem se dado na perseguição conjunta aos opositores dos regimes de direita. É a prática das fronteiras ideológicas. Se alguém contrário ao governo de Videla tenta refugiar-se na Bolívia, no Paraguai ou em qualquer outro país vizinho periga cair nas mãos da polícia argentina que atua livremente além das fronteiras do seu próprio território.

O sequestro dos uruguaio Univer-sindo Dias e Liberto Celiberti e o caso do casal argentino que suicidou-se na fronteira do Brasil com o Paraguai são apenas exemplos do que acontece regularmente. A lista de estrangeiros desaparecidos na Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia Chile e Brasil não é pequena. A Anistia Internacional denunciou há alguns meses o desaparecimento de crianças recém-nascidas filhas de chilenas que teriam sido presas na Argentina por operações conjuntas das polícias dos dois países.

Observadores acreditam que o impacto da revolução nicaraguense que derrubou a ditadura dos Somoza estaria preocupando militares dos países do Cone Sul. A revista "El Soldado", publicada pelo Círculo de Oficiais do Uruguai propôs a formação de uma Federação do Cone Sul. A finalidade seria a de legalizar uma Federação do Cone Sul. A finalidade seria a de legalizar uma situação de fato que é a ação coordenada dos exércitos e polícias desses países na manutenção dos regimes existentes.

O general Luis García da Bolívia já declarou abertamente que estaria disposto a ingressar num agrupamento que reunisse países do Cone Sul. A Bolívia trocaria seu lugar no Pacto Andino que até agora não reconheceu o governo militar daquele país por uma união com nações cu-

jos governos assemelham-se ideologicamente. Por sua sorte, os países do Pacto Andino manifestaram-se contra a "doutrina da segurança" numa Carta de Conduta assinada recentemente.

O plano "Condor"

O Congresso americano possui um dossier sobre as atuações conjuntas dos órgãos de repressão de países sul-americanos. Um dos documentos cita a existência de um "Plano Condor" que teria surgido em 1975 durante a 11ª Conferência dos Exércitos Americanos em Montevideo. Esse mesmo documento menciona que um oficial da inteligência paraguaia admitiu sua participação junto com a DINA (Polícia secreta chilena) no assassinato do presidente boliviano deposto Juan José Torres em Buenos Aires em 1973.

Na 13ª Conferência dos Exércitos Americanos em Bogotá (Colômbia) defendeu-se novamente a "ação coordenada de contenção diante da situação da América Central. Nessa Conferência, o general Roberto Viola, da Argentina apresentou um plano secreto para essa ação e propôs um programa de preparação dos militares latino-americanos. Videla em sua visita ao Brasil defendeu uma "cruzada de unidade subcontinental contra os que utilizam de hegemonismo e novos colonialismos para subjugar os povos livres".

Porta-vozes do governo brasileiro disseram que não houve nenhuma promessa formal de adesão do Brasil numa frente desse tipo. Entretanto, o general Carlos de Meira Mattos num artigo escrito para o Estado de São Paulo fala sobre as vantagens de uma integração regional dos países do Cone Sul. Destaca que para o Brasil a formação de tal associação com o Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Bolívia se "servida de mecanismos especial oferecerá maiores oportunidades de cooperação, quer no campo econômico, quer no da segurança coletiva (se necessário for)".

Paraguai

O jornalista paraguaio Alcibiades Gonzalez Delvalle, que havia sido preso no dia 25 de junho pela polícia de Stroessner, obteve a liberdade provisória no dia 2 de setembro. Gonzales Delvalle trabalhava para o jornal ABC Color e está sendo acusado de violar a lei 209 "De Defesa da paz pública e liberdade das pessoas". O jornalista havia escrito um artigo criticando a situação dos tribunais do Paraguai e dizendo que as leis injustas deveriam ser violadas. O fiscal encarregado do processo considerou que delito ainda não foi qualificado e reco-

mendou ao juiz a sua libertação provisória. O fiscal baseou-se no artigo 3 da própria lei 209.

MENINA DE 12 ANOS É PROCESSADA

Uma menina de 12 anos, Apolônia Flores, está sendo processada pelos tribunais do Paraguai como subversiva. Apolônia fazia parte de um grupo de camponeses que em fevereiro tentou sequestrar um ônibus para ir à Assunção. Na capital do Paraguai o grupo formado por homens, mulheres e crianças tentava conversar com as autoridades sobre seus problemas de terras. Não conseguiram fazer isso porque a polícia da localidade de Caaguazu impediu-os com rajadas de metralhadoras. Muitos foram mortos e feridos. Os que conseguiram fugir esconderam-se nas matas da região de Caaguazu. O ditador paraguaio, Alfredo Stroessner, enviou à zona 10 mil soldados e vários helicópteros em busca dos camponeses. Apolônia Flores recebeu uma rajada de metralhadora nas pernas quando tentava comprar comida. Os demais foram presos ou mortos, assim como os moadores da vila que tentaram ajudá-los.

Agora, os tribunais da ditadura paraguaia, famosos por suas injustiças, vão julgar Apolônia Flores como se ela fosse uma perigosa líder camponesa que organizava grupos de estudos para discutir a política internacional.

essa situação pode trazer efeitos negativos para os próprios donos das riquezas chilenas. Um dos fatores que levaram a essa concentração foi a liquidação das empresas estatais. De 500 empresas nacionalizadas durante o governo de Allende e de outros restaram 50. As demais foram vendidas por pouco mais de 800 milhões de dólares.

A situação no Chile hoje levou Pinochet a sentir a necessidade de uma certa cobertura democrática. Resolveu convocar um plebiscito para a aprovação de uma nova Constituição. Na véspera da votação prorrogou o estado de emergência que vigora no país há sete anos por mais seis meses. A convocação do plebiscito, se não serviu para mostrar que o Chile havia tornado-se mais democrático, veio garantir a unidade da oposição contra o regime. Grupos ativos contrários ao regime entre eles militantes democratas-cristãos estão dispostos a aliar-se contra a "nova institucionalidade de Pinochet". A oposição pretende ampliar o espaço político conseguido com a desmoralização do plebiscito numa luta que democratas-cristãos definem de "antifascistas contra fascistas". Na liderança do movimento aparece Eduardo Frei, que havia participado com destaque na articulação política que levou ao golpe militar em 1973.

Um fim melancólico

O final do Encontro Nacional em Defesa da Liberdade, realizado em Brasília, no dia 18, foi melancólico. Encerrado com uma questão de ordem de João Paulo Pires, dos metalúrgicos de Monlevade, que reconhecia a pequena representatividade da reunião e a impossibilidade de tirar um documento de consenso dentro da linha pretendida pelos organizadores. O objetivo do encontro seria promover "a articulação de todos os setores da sociedade para uma luta unificada em defesa das liberdades democráticas já conquistadas". Inspirado por parlamentares, líderes sindicais e do movimento popular identificado com uma corrente da Igreja, o Encontro esqueceu da necessária participação dos movimentos e forças mais consequentes de oposição ao regime. Mesmo sem convite, elas se fizeram representar e apresentaram um documento alternativo ao preparado pela comissão organizadora, caracterizando uma proposta muito mais avançada e de firme disposição de não conciliação com o governo.

Foi o suficiente para estabelecer um amplo debate nos três grupos de discussão preparatórios da plenária final. E se viu que a tímida proposta oficial do Encontro, que excluía de suas reivindicações até mesmo a convocação de uma Constituinte livre e soberana, era insuficiente para aglutinar. Foi ganhando força a idéia de um documento que incorporasse todas as exigências específicas de liberdade sindical, condenação ao terrorismo de direita, reintegração de líderes sindicais demitidos, etc. sob a bandeira maior da Constituinte livre e soberana. Diante disso os organizadores recuaram e decidiram protelar sua iniciativa para outra data, esvaziando a reunião. Os resultados nulos desse Encontro não significam uma derrota do movimento popular e do movimento operário em sua luta por amplas liberdades políticas. Pelo contrário, Demonstrou que na base não tem sucesso as proposições mais atrasadas.

E que é impossível, hoje, pensar em articular qualquer iniciativa com pretensões de representatividade ampla na sociedade sem uma proposta realmente firme de oposição ao regime. Foi a segunda derrota das perspectivas de conciliação na mesma semana. No dia anterior, o encontro nacional do PMDB já tinha demonstrado que de agora em diante será muito difícil ao general Figueiredo contar com uma base de apoio em torno de sua tese de unidade e conciliação. Com ele estão apenas as formas mais atrasadas e que pouco têm a ver com o movimento popular.



PMDB: A derrota da conciliação

O encontro nacional do PMDB, realizado em Brasília no dia 17, foi marcado pela derrota das forças que vêm pregando a conciliação com o regime. Embora procurassem articular um programa que pudesse ser pactuado com o governo, ficou demonstrado que não tem espaço dentro do partido para propor qualquer tipo de apoio ao general Figueiredo. Prevaleceram as posições defendidas pelas forças mais consequentes, que se refletiram inclusive no documento oficial apresentado durante a reunião "Nem a paz será obtida em conchavos de gabinete e nem a união nacional se fará pelo conluio entre dirigentes da oposição e do governo. Para nós, a paz e o poder vêm do povo e de sua manifestação".

Houve, na verdade, um recuo daqueles que vêm defendendo a conciliação diante da evidente disposição crítica de personalidades com grande representatividade dentro do PMDB, como o ex-governador Miguel Arraes, e dos parlamentares mais definidos com um programa de firme oposição ao regime, em sua maioria reunidos na Tendência Popular. E foram os oposicionistas mais consequentes que deram caráter ao Encontro. Arraes exigiu uma linha divisória entre oposição e governo que "tem idéias e interesses que não conciliam. Nossa tarefa é organizar o povo, fazendo do PMDB um partido que seja seu instrumento contra o regime na conquista do poder".

Os deputados da Tendência Popular apresentaram um conjunto de moções e propostas que encaminham o PMDB em uma perspectiva que abandona a via eleitoral e privilegia a ação de massas como principal forma de ação. Entre estas propostas, a principal é a que propõe uma ampla campanha pela Constituinte livre e soberana, aprovada em plenário com o apoio de outras correntes do partido. Apresentada pelo deputado Heitor Alencar Furtado (PR), convocou o partido a realizar manifestações em todo o país no dia 15 de novembro, que no calendário da oposição passa a ser o Dia Nacional de Repúdio à não realização de eleições e de Luta pela Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana.

NÃO À CONCILIAÇÃO

Tão importantes quanto as sessões plenárias do encontro foram as reuniões paralelas, quando as forças de oposição tiveram oportunidade de debater e ampliar o entendimento sobre a luta comum. Dessas reuniões destaca-se aquela em que Miguel Arraes expôs suas posições a cerca de 40 parlamentares. Foi uma prévia do seu posicionamento no dia seguinte para o conjunto das lideranças do partido. Foi logo deixando claro que não deixaria passar impune qualquer idéia de conciliação. E anunciou as linhas gerais de seu discurso: combate ao oportunismo ou ingenuidade que pudessem propor o general Figueiredo como interlocutor confiável. Lembrou a lei de estrangeiros, a ameaça aos mandatos parlamentares, a repressão ao movimento popular e operário como evidências de que o governo mantém a mesma postura arbitrária antidemocrática que vem caracterizando o regime desde 1964. Demonstrou que esse comportamento é coerente

com um regime que pretende se manter no poder para continuar a defender os interesses restritos do capital monopolista estrangeiro. Alguns parlamentares, como Roberto Freire, tentaram argumentar sobre a possibilidade de um golpe de extrema direita e as vantagens de apoiar o governo para "consolidar as conquistas do espaço democrático". Arraes rechaçou com firmeza, ironizando sobre a vacilação dos que pregam a unidade com Figueiredo. E mostrou a eles que o espaço democrático na verdade é muito pequeno e foi conquistado pelo movimento popular, nunca doado pelo regime ou negociado pela cúpula, como pretendem setores dissociados dos interesses populares que convivem dentro do PMDB.

LIMITE PARA AS ALIANÇAS

Foi dentro desse espírito que uma série de moções importantes foram aprovadas no plenário do encontro. A Tendência Popular exigiu da direção do PMDB que estabeleça limites para as alianças que possam ser feitas em seu nome pelos "notáveis" que se lançam como candidatos a governadores dos estados. Com isso, pretende coibir o comportamento de algumas figuras que, em nome do interesse eleitoral, vão procurando o apoio indistinto de forças que tradicionalmente deram sustentação ao regime e que agora pretendem permanecer no poder com o aval das expressões mais retrógradas do PMDB.

Esta mesma moção lembra que as eleições diretas ainda estão por ser conquistadas e que o processo eleitoral não deve se sobrepor aos interesses maiores do partido que se expressam na bandeira de uma Constituinte livre e soberana a se realizar sob as condições de amplas liberdades políticas.

Justificativa da campanha pela Constituinte livre e soberana também deixa claro o caminho que as forças mais consequentes pretendem que o PMDB tome. Diz que o regime autoritário ainda está presente e diante dele devemos aglutinar todos os setores dispostos a lutar contra a ditadura, compreendendo que só o esgotamento da luta contra o regime poderá alterar o alcance das alianças necessárias à conquista das liberdades políticas. O certo, diz a proposta, é que quanto antes revitalizarmos o movimento pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte mais cedo estaremos acumulando forças e isolando o regime, fazendo reverter, inclusive, a tendência à conciliação que envolve determinados setores das oposições. 'veja o box'.

O plenário do PMDB aprovou estas propostas e moções isolando as iniciativas das correntes vacilantes que não osaram explicitar suas posições. Resta aos setores mais avançados do partido levá-las à prática para afastar definitivamente o espectro da conciliação que andou rondando o PMDB na tentativa de transformá-lo em alternativa confiável para o regime. Regime que já apresenta todos os sinais de cansaço diante do ascenso do movimento popular e operário que retoma suas lutas e intimida não só aqueles que estão no poder, mas também aqueles que o desejam para defender interesses que não são exatamente os do povo.

Tendência Popular e Constituinte

O plenário do Encontro Nacional do PMDB aprovou a proposta da Tendência Popular de realização de uma ampla campanha pela Constituinte livre e soberana. A iniciativa depende agora das forças mais consequentes do PMDB em sua articulação com o movimento popular e operário. São elas que podem responder, na prática, aos desafios políticos do momento com uma campanha de massas que isole o regime e seus esforços para ampliar sua base de sustentação.

O documento aprovado indica o caráter e as tarefas imediatas para a realização da campanha. Diz que é necessário empenhar todos os esforços numa campanha capaz de mobilizar amplas massas e estabelecer na sociedade uma forte corrente de opinião que se anteponha ao regime de forma permanente e eficaz. Para isso é necessário que a campanha pela Constituinte se fortaleça no movimento popular, galvanizando toda a insatisfação presente na sociedade.

Nesse sentido, é essencial vincular a luta pela Constituinte às lutas concretas em desenvolvimento na sociedade. Ela deverá representar um elo de ligação entre as reivindicações mais imediatas e a expressão política do amplo movimento social que cresce contra o regime. A luta pela Constituinte é também a luta por melhores salários, a luta contra a alta do custo de vida, a luta contra o imperialismo, a luta por justa distribuição da renda, etc.

É necessário um movimento amplo que permita aproximar todas as forças, independentemente de partidos, que estejam dispostas a assumir a tese da Constituinte livre e soberana. Com o objetivo de estreitar a base de sustentação do regime, trabalhando para evidenciar sua impotência diante da crise econômica e social, seu caráter anti-popular e antidemocrático e sua ilegitimidade.

O documento aponta também para as tarefas imediatas que devem ser assumidas para garantir o sucesso da campanha.

Organizar debates, conferências, palestras, que sintonizem as reivindicações concretas com a bandeira maior da Constituinte. Ou seja, levar o debate sobre a Constituinte ali onde se realiza o debate e a luta por melhores salários, por melhores condições de experiência, pela reforma agrária, etc.

Incorporar nesse processo todas as forças democráticas através de suas expressões mais nítidas. Aproximar do debate as entidades e personalidades democráticas e criar novos fóruns de debate e conscientização.

Valer-se de todos os meios e formas de mobilização e propaganda de que se possa dispor. Dos convencionais aqueles que surjam como produto das discussões, servindo para uma ampla divulgação da tese da Constituinte. Criar em cada cidade um grupo de trabalho responsável por esta tarefa.

Durante todo este processo, divulgar o Dia Nacional de Luta pela Constituinte livre e soberana e de repúdio à não realização de eleições, organizando em todo o país grandes concentrações de massa no dia 15 de novembro.



Ah! se eu fosse o DELFIM!



Preços que sobem muito. Salários que sobem pouco. Recessão. Inflação. Maxidesvalorização da moeda. Empresários descontentes. Ministros dando entrevistas dizendo que as coisas vão bem, apesar de tudo. E o povo?
O homem anônimo entre a multidão das ruas, as donas-de-casa, homens e mulheres que lutam pela sobrevivência de cada dia, o que têm eles a dizer sobre o que está acontecendo na economia?
Os tecnocratas têm falado bastante. Um ótimo economês que poucos entendem. Mas as pessoas "comuns" não têm a mesma oportunidade de dizer o que estão pensando. E apesar de muitos não acreditarem, essa gente pensa e tem opiniões formada sobre varios assuntos, considerados propriedade de entendidos. E por isso, resolvemos sair por ai perguntando o que cada um faria se fosse ministro do Planejamento. Ouvimos profissionais estudantes, empregadas domésticas, empresários, porteiros. Alguns não quiseram falar. Sentiram-se inibidos. Ai vão alguns depoimentos, dos que tentaram vestir a roupa do Delfim.

"Ouviria os agricultores e os sindicatos".

Bráulio Renato Moreira, advogado da 3ª Cooperativa de Santa Catarina e do Sindicato dos Jornalistas do Paraná no início achou graça na pergunta: "Se você fosse ministro, o que faria?"

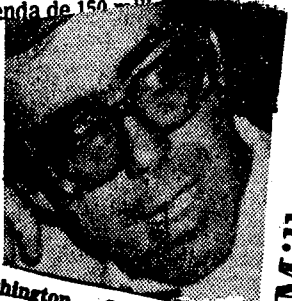
"Eu daria um tiro na cabeça ou robaria mais. Falando sério, se eu fosse o Delfim, ouviria os agricultores e os sindicatos patronais e dos trabalhadores, além das cooperativas. Porque são os agricultores, aqueles que trabalham na agricultura que sabem o que é necessário fazer. Em todas as classes existem associações que fazem suas reivindicações e que também apresentam alternativas para a solução. Para tudo isso é necessário ouvir os diferentes segmentos da população. Ai é que encontraremos as respostas para nossos problemas e não apenas no planalto brasileiro".

Bráulio é de opinião que o intermediário é um agente inflacionário e por isso deve ser combatido. O intermediário usa todos os meios possíveis para a comercialização do produto agrícola e nem as cooperativas tem condições de competir com ele. "A cooperativa sob o domínio do Incra não tem os trunfos do intermediário. Um exemplo disso é o feijão. Quando o feijão foi para o Rio de Janeiro custando 1.200 cruzeiros a saca, o intermediário sacava nota do preço estabelecido e vendia por 2 mil cruzeiros. Além disso, o próprio produtor preferia vender ao intermediário porque este lhe oferecia 1.300 cruzeiros. Contra isso, não foi tomada nenhuma providência".

Segredo de justiça no processo do caso Vale

RIO (Sucursal) — Vinte e quatro horas depois da Justiça Federal em Brasília ter citado o ministro da Fazenda, Ernane Galves, e o presidente do Banco Central, Langoni, na ação popular movida contra por danos causados ao patrimônio da empresa com a venda de 150 milhões de dólares.

FMI



Milho dos EUA

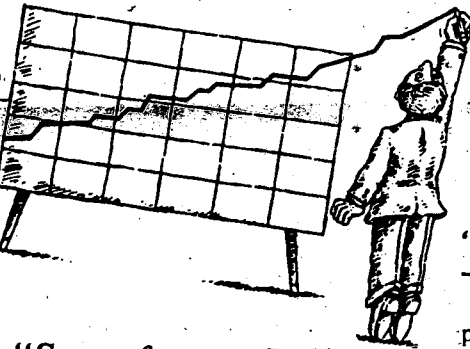
Washington — O FMI poderia oferecer ao Brasil, se lhe fosse solicitado, cerca de 5 bilhões 200 milhões de dólares, no decorrer de três anos, em iguais parcelas anuais através do seu programa de...

reunião
Beflex dilata prazo para a Jari exportar

BRASILIA (Sucursal) — A Beflex (Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação), órgão vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio, concedeu ao projeto Jari, do empresário norte-americano Daniel Ludwig, um ano de dilatação do prazo para que o projeto cumpra seu compromisso de exportação de US\$ 600 milhões até 1985. O saldo do Jari em exportações de celulose é de US\$ 340 milhões.

"Tem carro demais e ônibus de menos"

Como diarista, Ludovica da Silva, é obrigada a pegar vários ônibus para ir e voltar do trabalho, todos os dias. Como a maioria dos trabalhadores passa uma grande parte de sua vida em fila e dentro de ônibus. Uma parte grande do que ganha é empregada em condução, por isso Ludovica acha que uma das coisas que faria se pudesse decidir alguma medida econômica seria racionalizar a gasolina. "Eu racionava a gasolina para os carros particulares, que tem muito e aumentava o número de ônibus. Uma outra coisa que a gente precisa é um lugar para morar. Então com o dinheiro das importações daria condição para cada um ter um lote para poder construir uma casa. O salário não adianta aumentar porque os produtos aumentam de preço também. Só que eu sei que os produtores não estão ganhando quase nada pois estão reclamando. Mas alguém está ganhando dinheiro". Ludovica acha que do jeito que as coisas estão não endireitam mais. "Os preços não vão abaixar mais porque tem gente que não quer que abaixem".



"Se eu fosse o Delfim, eu manerava"

"Se eu fosse o Delfim eu manerava. Manerava porque o negócio é deixar o custo de vida como está e melhorar o salário do operário. Eles só pensam em subir, subir, subir e o mísero salário do trabalhador sobre só de seis em seis meses". Alceu Taborda, ascensorista e morador do bairro Novo Mundo tenta colocar-se no lugar do Delfim. Pensa muito enquanto aperta os botões dos andares para os passageiros que vão entrando (a entrevista foi feita em seu local de trabalho, o elevador do Edifício Curitiba). Acaba concluindo que para a situação econômica não há solução definitiva. "A gente pode melhorar um pouco para o trabalhador ter condição de sobreviver. Mas na verdade, pobre só tem duas maneiras de subir na vida: um elevador ou ganhando na loteria esportiva".



"Exorbitância e mordomias"

"Se eu fosse o Ministro do Planejamento, procurava segurar um pouco esses salários exorbitantes dos tecnocratas para poder melhorar os da alta burocracia, essas mordomias, todos os salários dos operários. Os operários da construção civil, por exemplo, fazem um trabalho importante que é construir casas e edifícios, mas que ninguém dá valor. Hoje para um pedreiro poder ganhar um pouco mais tem que fazer um mundo de hora extra". E talvez sem saber que está expressando uma idéia defendida por muitos teóricos e até mesmo mencionada pelo governo - a redistribuição da renda - Antônio Pereira, porteiro de um edifício do centro da cidade, vai dizendo o que pensa. "Autoridade só lembra do povo quando ele mostra que existe, faz pressão. Por exemplo, lá no bairro onde moro, em Colombo, a gente fez uma passeata no dia 8 de setembro para o melhoramento das ruas, dos ônibus. Pra ver se melhoravam a iluminação pública porque todo o mundo paga imposto e não recebe nada. Até funcionou porque colocaram umas lâmpadas nas ruas. A prefeitura tem o costume de ficar só aqui no centro arrebitando rua e deixa os bairros de lado. Mas sabe o que é? Quando o cara está lá em cima, está numa boa e não liga muito para os outros. Acho que se eu tivesse um cargo desse faturando o que eles faturam ia fazer a mesma coisa. Ia tratar da minha vida".

Viacava

os preços



Brasil deve

Mordomia agradecida
O organizador da excursão parlamentares paulistas às obras Itaipu, deputado Hatiro Shimomoto, DS, ao fazer ontem um relatório, agradeceu à Casa Civil do governo estadual por ter oferecido uma visita.

Banqueiro quer

Brasil tutelado

os EUA



"Dívida externa cada vez aumenta mais"

Desde o começo deste ano que o ministro Delfim Neto vem dizendo a mesma coisa, só que com palavras diferentes. Em janeiro ele dizia que a inflação ia cair, e que o Brasil não ia precisar pedir dinheiro emprestado ao Fundo Monetário Internacional para pagar a dívida externa.

Nos meses seguintes ele disse a mesma coisa. Só que a inflação não caiu. Pelo contrário. Chegou a 107%. E o pior: Nossa dívida externa está aumentando todo dia. Agora está mais ou menos na casa dos 51 bilhões 578 mil dólares, ou seja, 2 trilhões e 285 milhões de cruzeiros.

Não bastasse este descontrole da nossa economia, o ministro da Fazenda, Ernane Galves, viajou para o exterior. O objetivo desta viagem foi nada mais nada menos do que conversar com os homens do Fundo Monetário Internacional, o FMI.

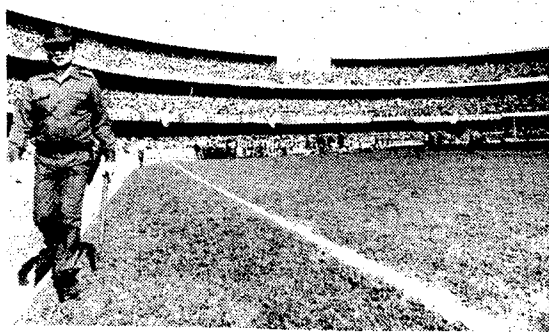
Este Fundo, que é como uma reserva de dinheiro que o mundo tem para as nações pagarem suas dívidas, empresta dinheiro, mas exige muita coisa. O Brasil não poderá evitar este empréstimo, pois está afundando em dívidas, e isto não é nada bom. O FMI, para dar dinheiro, exige recessão. Ou seja:

a capitalização dos lucros e a socialização dos prejuízos.
Isso quer dizer a contenção dos salários, o arrocho,
para que os lucros permaneçam e levados.
E o povo pagando pelo que os tecnocratas
chamam de "crescimento econômico
mas que não passa do crescimento, principalmente,
das multinacionais.

Lembram-se daquela história de primeiro fazer a bola crescer e depois dividi-la? Pois é, o bolo cresceu, eles comeram e se lambuzaram. Ai o bolo ficou de novo pequeno. Agora eles voltam com a mesma história. Querem que os operários se sacrifiquem para engordar o bolo. Depois, eles comem tudo de novo. E, novamente, vão pedir ajuda. Essa história tem dois fins possíveis: 1) ou o povo vai morrer de tanto engordar o bolo deles, sem poder participar sequer das migalhas do banquete; 2) ou o povo resolve que o bolo é de quem se sacrificou para fazê-lo e o distribui entre si, correndo com os parasitas e glútes de sempre.

Então, nosso futuro não é nada alegre, se o Brasil emprestar dinheiro do FMI. Se o país vivesse em plena normalidade de leis, a chamada, "normalidade constitucional", os senadores é que decidiriam pelos empréstimos. Mas não. Quem vai decidir é o Delfim, o Galves vai apenas mandar os recados, e o povo não vai poder opinar.

O próprio Fundo Monetário Internacional já previu que as nações em desenvolvimento só vão crescer um por cento o ano que vem, enquanto o desemprego aumentará em taxas muito superiores.



Em 1959, o Brasil iria fazer um amistoso com a Inglaterra no Maracanã. O técnico ainda era Vicente Feola, aquele que dormia e que, por isso, ganhou a Copa da Suécia, um ano antes. O time convocados era quase o mesmo da Copa. Orlando já tinha ido para a Argentina, mas era de menos. Zózimo estava lá para assumir a função. No ataque, um probleminha. Garrincha era o ponta e quem entrou em campo foi Julinho, vaiado pela torcida, para acabar com o jogo em poucos minutos. Só que o probleminha não era esse. Vavá também tinha ido embora, para a Espanha. Mazzola, seu reserva, estava na Itália. Pagão, um cracão que vivia machucado, estava em algum departamento médico. Sobrava o Henrique Frade, do Flamengo. Era o quarto centroavante, mas só tinha ele. E foi ele que jogou. E até marcou um gol (o Brasil ganhou dos ingleses de 2 x 0).

Passam-se 22 anos e agora a gente não pode mais se dar ao luxo de convocar o quarto centroavante, mesmo porque nem o titular da posição se sabe quem é. Sócrates, Reinaldo, Baltasar, aí já temos três. Quem é o titular? Vez por outra convocam o Serginho. E quem é o Serginho se não o Dario sem o talento maluco do Dario, o Flávio sem a presença na área do Flávio, o Roberto Dinamite sem os lampejos do Dinamite?

É claro que hoje o futebol brasileiro está muito pior do que esteve anos atrás. Não por culpa de quem joga. Jogadores ótimos a gente tem, tanto que todo dia aparece um time de fora levando Falcão, Luis Pereira, Enéas. Ou tentando levar Zico e Sócrates. A culpa é de quem manda, de quem bagunça. Culpa da administração do futebol brasileiro. Ou alguém aí nunca ouviu falar num negócio chamado cartola?

Da cartola não sai bola.

Cartola é aquele sujeito que nunca jogou futebol, viu pouco futebol, não gosta de futebol, e acha que pode administrar o futebol.

O Brasil sempre esteve infestado deles. Em São Paulo, tinha o Mendonça Falcão. No Rio, João Havelange e Antonio do Passo. Rubem Moreira em Pernambuco, Rubens Hoffmeister no Rio Grande do Sul, Elias Giuliani em Santa Catarina, os nomes são muitos. Aqui, no Paraná, todo mundo lembra dos absurdos cometidos por José Milani, durante os incontáveis anos em que foi presidente da Federação Paranaense de Futebol.

Pois bem: enquanto o talento suplanta a incompetência dos cartolas, tudo bem. A Seleção sempre faturou. Mas a partir do momento que a incompetência passou a ficar mais sofisticada, o próprio talento foi inibido. E hoje nós estamos arriscados a passar vexames até contra a Bolívia.

Ano que vem, logo em fevereiro, o Brasil começa a disputar as eliminatórias. O grupo é fraco: Venezuela e Bolívia. Mas duvido que alguém arrisque jogar seco na nossa Seleção. Não com essa cartolagem. Não com Telê.

E verdade que alguma coisa já melhorou. Saiu o famigerado Heleno Nunes, que era o chefe da Arena e presidente da CBD ao mesmo tempo. Em boa coisa não podia dar. No lugar dele apareceu Giulite Coutinho, que já havia sido cartola da América carioca e era, antes de pintar na CBD (agora CBF), presidente do Conselho Nacional de Desportos.

E uma coisa fundamental, ao menos, ele fez: organizou, ou está



Vida e morte do futebol brasileiro

tentando organizar, um calendário anual para o nosso futebol. Mas também é verdade que um erro fundamental ele cometeu: nomeou Telê técnico do time.

O Fiapo é um fiasco

Quando jogava no Fluminense, Telê Santana era chamado de Fiapo. Fiapo de Esperança, apelido dado pelo Nelson Rodrigues, tricolor fanático. Como técnico, o Fiapo é triste.

Entre as "glórias" que conseguiu como treinador, Telê tem uma que dificilmente alguém vai conseguir ultrapassar: perdeu dois títulos ganhos, ano passado. Um para o Internacional, na semifinal do Campeonato Nacional de 79. Dentro do Morumbi, ganhando de 2x1, viu seu time cair por 3x2, com dois gols e um partidão de Falcão. Logo depois, deu o campeonato para o Corinthians, em duas partidas. E

lembrem-se que na primeira o Palmeiras ganhava de 1x0 - jogando com 11 contra 10 - até os 40 minutos do segundo tempo.

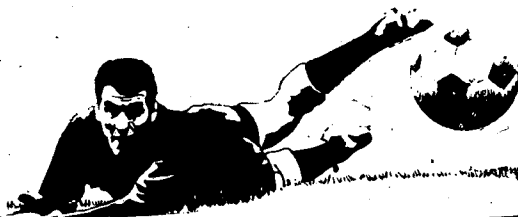
No mais, ganhou um campeonato com o Fluminense, outro com o Atlético Mineiro (um time que ele já pegou montado) e um último com o Grêmio. Muito pouco para quem tem 12 anos ou mais de carreira.

Na Seleção, Telê tem colocado os pés pelas mãos. Não convocou até hoje o goleiro Leão, alegando que já conhece o jogador e que precisa testar Carlos. Isso depois de não ter convocado o mesmo

Leão porque estaria brigado com o Vasco e ele - Telê - não convoca jogador nessas condições. Mas convocou Sócrates, que andava aos tapas com o Corinthians.

E o que dizer da não convocação de Zico? A justificativa foi de que Zico estaria machucado. Tudo perfeito, se o jogador não tivesse embarcado num avião e ido jogar pelo Flamengo na Europa, enquanto a Seleção amargava um péssima partida contra o Uruguai.

Ernani Buchmann



O triste caminho do Atlético

lamentáveis erros que todo dia são cometidos, acabam contribuindo para a falência do futebol das mais diversas formas. A má condição física de Nelinho, por exemplo, é resultado de uma situação que vem se arrastando.

Clubes jogam todo dia, as contusões não são curadas como deveria, os jogadores treinam pouco e mal. Como ele, Nelinho, existem centenas. São times inteiros que não estão em perfeitas condições e que acabam fazendo com que a qualidade do futebol diminua. Este é um reflexo. Mas existem outros, como a constante tentativa de se melar campeonatos. Virou mania nacional. Quem perde sempre encontra um argumento para acabar com tudo. O caso do Atlético é típico: vítima da sua própria incompetência, ele corre o risco hoje de acabar na segunda divisão, repetindo o vexame do Campeonato de 67. Lembrem: foi o último colocado e só não caiu porque melaram o regulamento.

E é aí, no regulamento, que está todo o segredo. Antes de começar qualquer campeonato, ele é aprovado. Os clubes acham ótimo, a aprovação é unânime. Com as derrotas, começa o vale de lágrimas. O Toledo não poderia estar disputando o campeonato, o

jogo com o Operário não valeu, o Rio Branco tinha de estar na segunda divisão, o repertório de desculpas é imenso, sem fim. É claro que o Toledo entrou pela porta dos fundos, que o Rio Branco não poderia estar jogando. Mas tudo isso deveria ter sido discutido antes. Para até que os problemas que atrapalham o Atlético estão na forma de disputa e no regulamento do Campeonato Paranaense, e não na sucessão de administrações incompetentes que o clube vem tendo.

Para se disputar qualquer coisa é preciso se estar preparado. É óbvio, mas o Atlético esqueceu. E não é de hoje que vem esquecendo. Enquanto o Coritiba ia mexendo seus pauzinhos e faturando tudo, o Atlético andava discutindo a compra ou a venda de uma chácara em Colombo, a compra ou a venda do Ziquita. E continua: estão discutindo agora a compra ou a venda do Pavoc, numa transação de trezentos milhões de cruzeiros. No caso, é compra e o Atlético fica com o patrimônio do Pavoc, milhares de novos sócios, renda garantida todo mês e não desembolsa um tostão. Está parecendo muito fácil. Incrivelmente fácil. É de desconfiar.

O erro está na estrutura

A estrutura que domina o futebol brasileiro está errada. Os clubes são profissionais e, como tal, precisam viver de lucros. Juntos o salário dos jogadores, dos técnicos, preparadores físicos, médicos, supervisores, gastos com concentração, viagens, equipamentos médicos, material de jogos e treinos e vejam quanto custa por mês sustentar um time. Não é pouco. O Flamengo, por exemplo, gasta muito mais, é claro, do que o Chapecoense. Em contrapartida, arrecada também muito mais. A princípio, proporcionalmente os gastos talvez sejam equivalentes. Assim, a situação é ruim para todo mundo ao mesmo tempo. E se os custos são altos, a incompetência também é.

São muitos os exemplos da burrice que assola a cartolagem e a estrutura do nosso futebol. No Campeonato Paulista de 79, por falta de um calendário da CBD e por erros da Federação Paulista, os jogos eram realizados todo dia. Segunda tinha Palmeiras, terça São Paulo, quarta Corinthians e assim por diante. A causa: fora de campo, o futebol não é profissional. Quem dirige, além de não entender nada daquilo, ainda tem a agravante de ser um amador entusiasta. São pessoas que procuram a glória de aparecer em jornais, de dar entrevistas e, não raro, a oportunidade de se lançarem politicamente. O futebol, para elas, não passa de trampolim, de pretexto.

Desta forma, fica muito difícil a sobrevivência do futebol brasileiro. É urgente uma mudança radical nessa estrutura viciada, que beneficia conchavos e favorece apadrinhamentos. A situação é nacional, mas os reflexos a gente sente aqui, no Campeonato Paranaense.

Estão todos falidos

O Atlético é quem sabe o exemplo maior do festival de besteiras que assola o futebol brasileiro. O próprio Coritiba, mestre em "acertos" para ganhar campeonatos, não consegue acertar sua situação do INPS. A dívida, ao que consta, é de uns 25 milhões de cruzeiros. O Colorado também deve, o Flamengo deve, todos devem.

E ao invés de ficar procurando anistia para o débito, quem não pagou deveria ser processado. Porque todo mês era, e é, feito o desconto referente ao INPS nos salários dos jogadores. Só que esse dinheiro não era e não é recolhido. Quer dizer: o clube está furtando dinheiro dos seus profissionais e da previdência social.

O que fazer

A solução é mudar tudo. Modificar inteira a estrutura do futebol. Cartola tem que ser profissional, como os jogadores são. A primeira divisão do Campeonato Nacional não pode ter mais de 20 ou 24 clubes. Os jogos têm que ser realizados mais espaçadamente - nos fins de semana, lógico. Os árbitros devem ser melhor preparados, pra que a profissão recupere a dignidade que já perdeu. Enfim, são muitas as medidas que precisam ser tomadas o mais rápido possível. Quanto mais tempo a gente perder, mais aumentam as chances de vir a morrer este moribundo futebol, que um dia, exatamente dez anos atrás, foi tricampeão do mundo.

AS DUAS VITÓRIAS DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Os trabalhadores na construção civil de Curitiba tiveram, em menos de dois meses, duas importantes vitórias no campo sindical. Primeiro foi a vitória nas urnas, para a eleição da nova diretoria. Segundo, foi ter derrotado o general Adalberto Massa, delegado regional do Trabalho, na sua tentativa fracassada de impedir que um sindicato de oposição assumisse a liderança da categoria com todo o respaldo legal.

Um dia antes da chapa 2, da oposição, tomar posse no Sindicato dos pedreiros (depois de proclamada sua vitória nas eleições) o general Massa "deu ouvidos" ao pedido de anulação feito por dois "testas de ferro" da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil, e, da classe patronal. Leônidas Oliveira Carneiro e José Francisco dos Santos argumentaram, mas não provaram, ter ocorrido várias irregularidades nas eleições, destacando "aliciamento de eleitores pela chapa 2, em todas as urnas". Massa anulou as eleições através de um despacho totalmente discutível, que a exemplo do recurso dos dois associados (Leônidas concorreu à reeleição pela chapa 1), nada provou sobre as alegadas irregularidades.

No mesmo dia da anulação (19 de setembro), Massa nomeou uma junta interventora para "dirigir" a entidade até novas eleições, colocando (flagrantemente) como um dos elementos interventores, o próprio Leônidas que entrou com recurso na DRT. Quando anulou às pressas as eleições, Massa não esperava, seguramente, ter que engolir, em menos de uma semana, um "sapo" muito grande: a concessão de liminar, pelo juiz da 3ª Vara da Justiça Federal, Manoel Lauro Volkmer de Castilho, ao mandado de segurança, impetrado pela chapa 2, através de seus advogados Edésio Passos e Geraldo Vaz. Com a liminar, os eleitos tiveram seus direitos reconhecidos. Eles tomaram posse no dia 25 de setembro. A junta foi afastada e suspenso o processo de novas eleições para daqui a seis meses.

MANOBRAS

Uma acusação vaga de "ostensivo aliciamento de votos nas mesas coletoras" e a afirmação de que não constou em ata um problema ocorrido numa das mesas, levou o general Massa a "misturar" as coisas. O pomposo e floreado texto do seu despacho de anulação diz assim: "No que tange, todavia, à motivação remanescente do recurso, é de ponderar-se, preambulamente, que não obstante a omissão deliberada dos fatos na ata de encerramento dos trabalhos afetos à mesa coletora nº 4, resultado, contudo, convincentemente comprovada, no caso, a irregularidade arguida, configurada no aliciamento de eleitores, por elementos da chapa 2, quicá, de resto, estranhos à categoria profissional, circunstâncias que "importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente", ipso-facto conduz à indeclinável anulação do pleito nos termos do art. 59, antes invocado". Vírgulas e adjetivos ultrapassados à parte, Massa nada prova. No recurso, os dois associados dizem que houve aliciamento de votos por parte de elementos da chapa 2, e que "o presidente da mesa coletora intervinha em voz baixa e era desrespeitado acintosamente".

O recurso, como expõem os integrantes da chapa 2 (no pedido de mandado de segurança) "não indica o nome do aliciador, nem especifica se se trata de candidato, fiscal, sócio ou pessoa estranha à categoria; não indica em qual mesa eleitoral, em que dia da votação ocorreram os fatos. É genérico, vago, meramente baseado em alegações, sem qualquer base fática, comprobatória dessas alegações". Dando crédito a um documento falho e de má-fé, o general Massa afirma, no despacho, que houve prova de aliciamento por elementos vinculados à chapa 2 e ainda, que eram estranhos à categoria profissional. Mas foram apenas deduções.

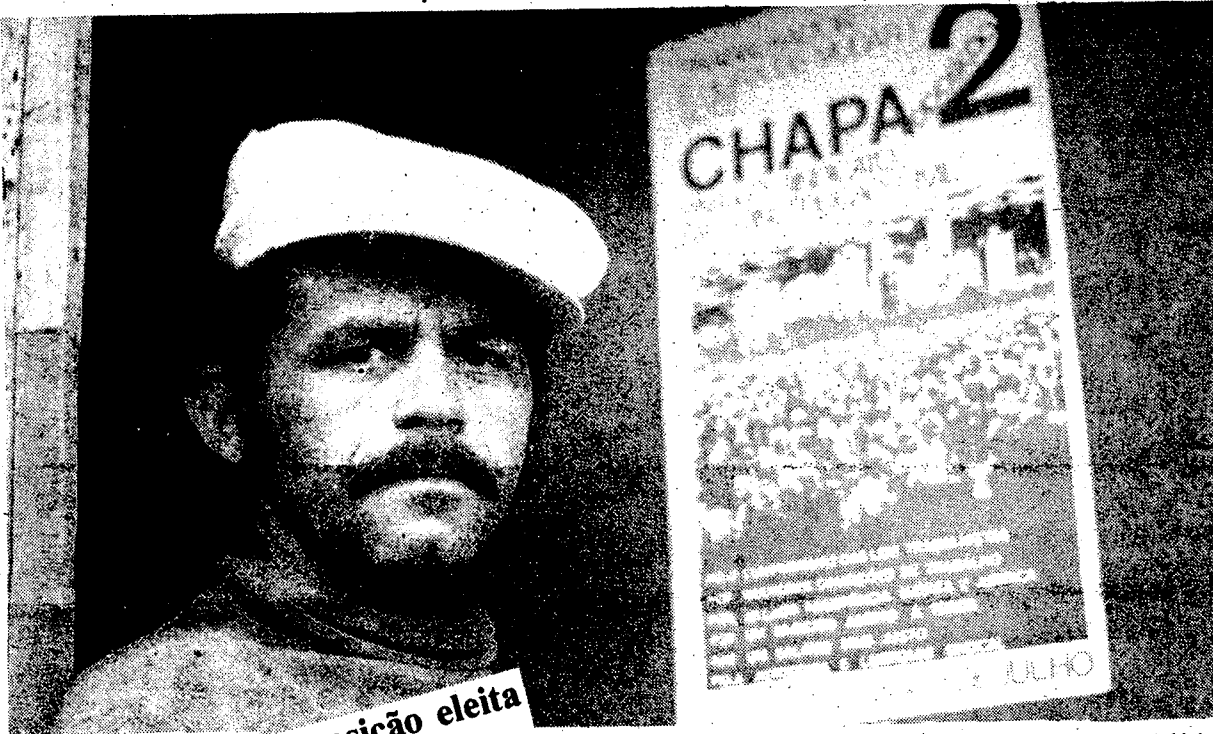
DESMERECIMENTO

O delegado afirma que houve "omissão deliberada dos fatos na ata de encerramento". Com isto, põem em dúvida a honestidade, a idoneidade das pessoas que o próprio Ministério do Trabalho e o Tribunal Regional do Trabalho indicaram para comporem as mesas coletoras e apuradoras. Algumas pessoas, como permite a lei, foram indicadas pelo próprio presidente dos sindicatos, Aguinaldo Forbeci, que encabeçou a chapa 1. Admitir o aliciamento dentro do recinto eleitoral, dentre outras alegações; é o mesmo que admitir a falência da própria instituição administrativa que dirige o combate o procedimento eleitoral sindical, totalmente atrelado à DRT, segundo as palavras dos advogados da oposição.

O OBJETIVO ERA ACABAR COM A OPOSIÇÃO

O objetivo da situação, com a conivência e o endosso do general Massa, além de anular as eleições, foi impedir que na próxima disputa eleitoral, a oposição tivesse condições de concorrer. É evidente que após os acontecimentos, todos os integrantes da chapa 2, perdendo a estabilidade provisória seriam demitidos pelas empresas onde trabalham.

Trabalhador sem emprego não pode participar de eleições sindicais e a oposição não conseguiria, nos próximos seis meses, como queria Massa, reunir outros profissionais com situação totalmente regular. As portas de todas as empresas estariam fechadas para eles, já que a classe patronal é a maior interessada em não ter uma oposição à frente do Sindicato da categoria. Quanto aos integrantes da chapa 2, estariam impedidos de trabalhar, além de perder o Sindicato. Seriam "punidos" por terem participado de eleições sindicais e no final do mês estariam desempregados.



Oposição eleita para o que der e vier.

A oposição ganha o Sindicato. Os pelegos saem

Com apenas 56 votos de diferença, a oposição ao Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Curitiba é a primeira a conseguir, através das urnas, tirar a direção do Sindicato das mãos de pelegos. É bem verdade que as eleições não tiveram a mesma participação dos trabalhadores como na greve do ano passado. Mas a vitória da oposição ainda que apertada garante a continuidade de reivindicações de melhoria de salário e condições de trabalho aos pedreiros.

Dos cerca de 35 mil pedreiros existentes hoje em Curitiba, apenas seis mil são associados ao Sindicato. Desse, não chegava a 3.200 o número dos que estavam em condições de votar nas eleições de agosto. Transferidos de final de julho para os dias 11 a 14 de setembro por falta de "quorum" (número suficiente de associados para alcançar o mínimo de dois terços exigidos por lei), as eleições se realizaram com 1.626 trabalhadores indo às urnas. E a oposição acabou derrotando a chapa 1, de Aguinaldo Forbeci, pela diferença de 56 votos.

AINDA FALTA CONSCIÊNCIA

A ausência da categoria em massa às urnas leva o novo presidente do Sindicato, Antonio Pereira de Santana, a dizer que os trabalhadores da construção civil ainda estão a zero em consciência sindical. "A nossa vitória nas eleições se deve mais ao movimento grevista (de novembro do ano passado) que a situação não assumiu, deixando a categoria desprotegida".

Ele lembra que na greve a participação dos pedreiros foi quase total - cer-

ca de 30 mil pessoas pararam - "envolvendo toda a categoria, por causa dos salários baixos". Diz ainda que o longo período em que Aguinaldo Forbeci e seus companheiros de diretoria permaneceram no Sindicato - desde 1964 - desgastou a entidade e desacreditou a categoria sobre suas possibilidades de participação sindical. Agora os opositores querem fazer do órgão um sindicato de massa e vão à conquista dos trabalhadores.

ESPERANDO TODO

"Estamos com muita consciência do que ainda pode vir pela frente daqui para adiante. Quem entrar no sindicato disposto a lutar pela categoria tem que esperar de tudo. Nas condições em que estão os sindicatos do país... Tomara que outras oposições ganhem aqui também, senão vamos ser os mais visados nessa luta contra federações, pelegos e patrões", comenta o novo presidente, que pela primeira vez tem experiência de liderança sindical.

O que a chapa vencedora quer é fazer um sindicato de massa, conquistando o maior número possível de associados. "Não sabemos quanto tempo vai levar para a gente montar esse trabalho, talvez leve até três anos de gestão mas vamos trabalhar, isso é certeza. As bandeiras levantadas pela oposição durante a campanha eleitoral e que serão seguidas nos próximos anos são: "O cumprimento das leis trabalhistas, melhores condições de trabalho, melhor assistência médico-jurídica, um si n di-

cato aberto para todos, um salário mais justo, e autonomia e liberdade sindical".

Os novos dirigentes não sabem ainda como se encaminhará a luta por melhores salários, mas dizem que vão procurar uma forma de tentar acabar com a diferença entre salário e custo de vida, que é hoje de 200 por cento.

OS PEDREIROS CONTINUAM GANHANDO MAL

Hoje, profissional pedreiro está ganhando em média 33 cruzeiros por hora. O servente está com 22,50. Isso quer dizer 7.600 e 4.800 mensais, aproximadamente. Antonio considera a última convenção coletiva, que vigora desde junho passado, a melhor já feita nos últimos tempos. Mas ainda assim os pedreiros continuam ganhando mal. "Houve participação da categoria nas negociações. Houve comissão de salários. A oposição se manteve atenta, porque já aconteceram acordos em que o Aguinaldo só apareceu para assinar. Uma vez os patrões chegaram até a alterar o que havia sido acertado antes. As reuniões não saíram do sindicato patronal e os "acordos" eram ditados pelos empregadores.

"Antes a gente já enfrentava uma rotatividade natural do trabalho. As obras vão acabando e os empregados vão sendo mandados embora. Agora com o contrato de experiência de 90 dias usado pelas empresas transformou-se no carro-chefe da rotatividade da mão-de-obra na construção civil". As empresas contratam 200 operários para um serviço de 100. No final de três meses todos são demitidos sem direito a mais um salário, o aviso prévio. "Com o contrato de experiência o empregado já está despedido na entrada do trabalho. Muitos assinam folha em branco, ou então são analfabetos e nem sabem o que estão assinando". É o que explica Joaquim Orlando de Piva Neto, o novo tesoureiro. A dificuldade de arranjar emprego faz com que o trabalhador aceite qualquer situação. É o que mais ocorre na construção civil. E olha que uma das cláusulas da última convenção coletiva prevê um contrato de experiência de apenas 30 dias com risco de punição para a empresa".

O que levou a oposição a vencer

O Sindicato dos pedreiros estava há quase dezesseis anos nas mãos de pelegos. Durante a greve do ano passado, quando houve um movimento espontâneo de operários da construção civil exigindo do 80% de reajuste salarial, a diretoria presidida por Aguinaldo Ramos Forbeci não quis assumir a liderança. E, além disso, demonstrou que estava ao lado dos patrões ao se pronunciar contra a greve. Essa omissão foi causa principal de a greve não ter os seus frutos. A partir do momento em que os trabalhadores tomaram consciência da necessidade de se organizar para conseguir melhorias a categoria estava aberto o caminho para a vitória da oposição no Sindicato.

David Pereira de Vasconcelos, eleito para a vice-presidência da nova diretoria do Sindicato, diz que desde antes da greve um grupo de peões vinha conversando sobre o fato de a entidade estar nas mãos de "pelegos". Foi durante a greve, no entanto, que "a gente sentiu que a diretoria não queria assumir a responsabilidade". Ele explica que a partir daí o pessoal resolveu concorrer às eleições. Entre os participantes estavam operários de várias áreas da cidade que se reuniam nos fins de semana para discutir os estatutos do sindicato; como seria feita a arrecimação junto aos colegas; e as bandeiras de luta que constariam da plataforma da chapa. "Gente que havia deixado de pagar as mensalidades, decepcionada com a atuação da entidade voltou a fazer os pagamentos, motivada pela votação. Isso contribuiu para a vitória nas eleições. Agora, uma das metas da nova diretoria será o trabalho junto às bases, de conscientização e sindicalização, na busca de um sindicato aberto e combativo". "É preciso mostrar que o Sindicato é o órgão de luta do trabalhador e que só funcionará se a categoria estiver unida", diz David. Ele afirma que os integrantes da nova diretoria são pessoas que estão dispostas a trabalhar. Algumas participam também das associações de moradores de bairro da cidade.

PT 1188.142
= PASTA - UPE =

ESPECIAL PARA O XXVI
CONGRESSO DA UPE

FLÂMULA



Órgão Oficial de divulgação da União Paranaense dos Estudantes
N.º 0 da 2.ª diretoria Reconstruída / maio de 1982 / ano. 43



EDITORIAL

Aqui estão as teses da Diretoria da UPE para o nosso XXVI CONGRESSO. Elas deverão ser amplamente discutidas e aprofundadas entre todos os universitários do Paraná, pois, só assim, conseguiremos atingir nosso objetivo: unificar, nas propostas de luta, o conjunto dos estudantes. Esta é a tarefa maior desse CONGRESSO.

O XXVI CONGRESSO DA UPE tem a função de consolidar nossas vitórias até aqui conquistadas na luta, e assim acumularmos forças para os próximos embates, reestruturar, política e materialmente, a UPE, e fazê-la assentar cada vez mais no conjunto das entidades de base, é outra tarefa do nosso CONGRESSO. A UPE será um tanto mais forte, se enraizada nos 60 mil universitários através de suas entidades mais próximas.

Muita luta já foi travada e muitas ainda virão. Somos 60 mil universitários no Paraná. Uma parcela de jovens que teve acesso ao ensino superior e dele pretendia a formação que pudesse oferecer as condições de realizar socialmente o melhor trabalho do ponto de vista dos interesses populares e nacionais. Nossos projetos, nossos ideais, são frustrados na universidade. Estamos recebendo uma educação deficiente, mais ajustada ao plano geral do regime militar que submeteu todas as instituições, todos os aspectos da vida econômica, social e política do país aos interesses do grande capital, especialmente o estrangeiro. Não era essa a universidade que queríamos, não é esse sistema educacional que desejamos.

A crise da universidade brasileira reflete a crise geral na qual o país foi mergulhado. A limitação de verbas para a educação, a privatização do sistema educacional, são traços da política educacional coerente com a política geral do regime militar. A luta na universidade não está dissociada da luta por uma nova política educacional e, muito

menos, da luta geral que o povo brasileiro desenvolve para pôr fim ao atual regime.

Os universitários sempre tiveram um papel de destaque na luta democrática. A universidade se constituiu nos últimos dezoito anos, na instituição onde mais resistência opuseram ao regime. Uma tradição de luta da qual somos herdeiros, e que devemos preservar. Sabemos que a nossa força reside em nossa unidade, em nossa organização unitária e combativa. A UPE representa a forma mais elevada de organização no Estado, e portanto, nosso principal instrumento de luta: O seu CONGRESSO é a instância máxima de deliberação dessas lutas. Fortalecê-lo com a participação efetiva é tarefa de todos. Assim, teremos uma UPE forte, capaz e combativa.

Só com uma UPE forte teremos condições para enfrentar todos os problemas que tocam profundamente os anseios e interesses dos estudantes e do povo brasileiro. A luta por mais verbas para o MEC, contra a implantação do ensino pago nas Federais, contra o aumento exorbitante nas escolas particulares, pela meia-passageira para os estudantes, por uma UNIVERSIDADE VOLTADA AOS INTERESSES POPULARES, deve ser unificada e intensificada estadualmente. A UPE tem essa tarefa. O seu CONGRESSO, essa perspectiva.

Temos a certeza de que nossas teses serão amplamente discutidas e aprofundadas pelos estudantes, que as aperfeiçoarão e complementarão. Isso nos fará plenamente vitoriosos, realizando um massivo Congresso que contribuirá qualitativa e quantitativamente com a luta e organização dos estudantes do Paraná.

Todos ao XXVI CONGRESSO DA UPE!

A DIRETORIA DA UPE
Walter Têlé Menechino
Presidente

informações

O XXVI Congresso da UPE é a instância máxima de deliberação dos estudantes universitários paranaenses. Ele realizar-se-á durante os dias 21, 22 e 23 de maio em Curitiba. A pauta do nosso Congresso,

1) Conjuntura Nacional; 2) Conjuntura Internacional; 3) Lutas Educacionais; 4) Departamentos da UPE; 5) Estruturação material e política da UPE; 6) Estatuto da UPE. O critério para escolha de delegados é de 1 para cada 100 estudante ou fração e se dará através do voto em urna, com 30% dos estudantes matriculados no curso votando ou em Assembléia geral do curso, em 20% de estudantes presentes. Os delegados deverão ser escolhidos sobre as propostas apresentadas. Só terão direito a voto os delegados que pagarem as inscrições.

Expediente

Flâmula n.º 0 da segunda diretoria da UPE reconstruída, n.º 03 da UPE reconstruída é o órgão oficial de divulgação da União Paranaense dos Estudantes, Entidade Máxima e Representativa dos universitários paranaenses; é de inteira responsabilidade da diretoria da UPE. Elaborado pelo Departamento de Imprensa, Alexandre Zamboni. Tiragem 40 mil exemplares, circulação gratuita por entre todos os universitários do Estado do Paraná. Impresso nas gráficas de O ESTADO DO PARANÁ

PT 1188.142

A crise e as lutas na Universidade

No dia 7 de janeiro deste ano, o MEC baixou a Portaria 3/82, aumentando os preços das refeições nos restaurantes universitários para Cr\$ 130,00. Os estudantes responderam com uma greve de 12 dias, após tentarem inutilmente um recuo do Ministério da Educação. A Reitoria da UFPR fechou os RUs. Os estudantes vieram a portaria ministerial como mais um passo para tornar o ensino pago.

Em 1981, uma greve de protesto contra o projeto de fundação parou quase todas as universidades brasileiras. Protestos e manifestações desembocaram numa ampla discussão sobre a democratização da universidade e eleição de reitores via direta. Na Católica do Paraná houve lutas importantes por melhores currículos e contra o fechamento do Curso de Comunicação. Em todo o país espoucaram manifestações. Houve o "Dia do Pulo" em diversas cidades contra o preço das passagens de ônibus. E em Maringá os estudantes conseguiram tirar professores que viam na universidade um cabide de empregos. Hoje, também, os alunos da Escola de Música e Belas Artes sabem que só a terão pública enquanto durar sua disposição de resistir contra o projeto de fundação.

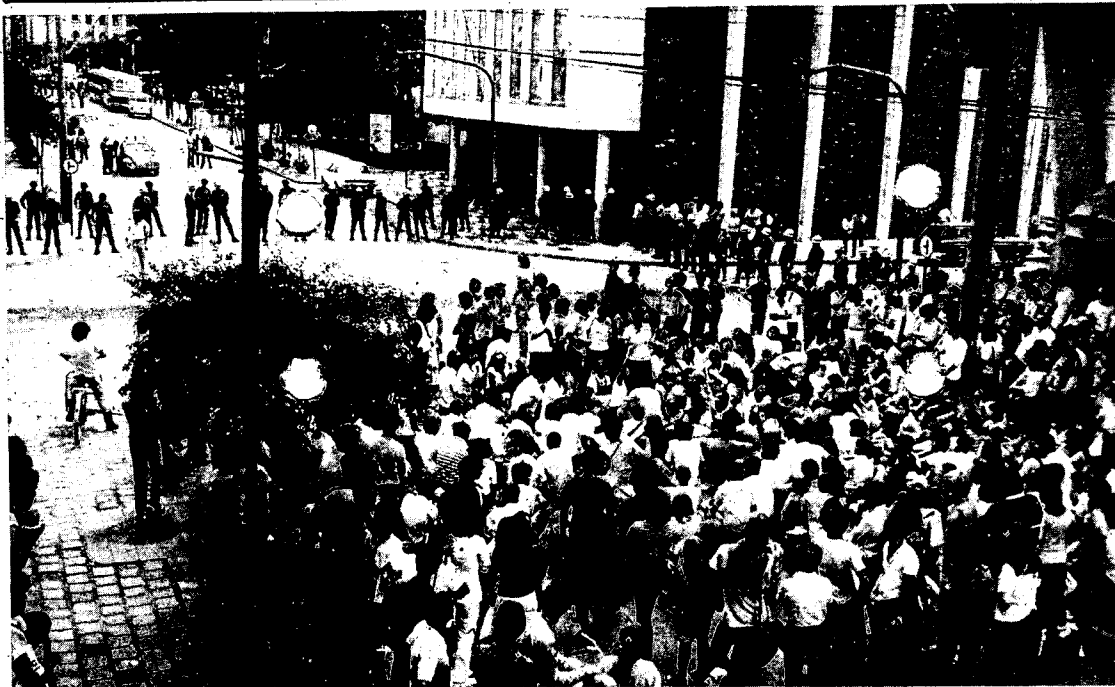
A greve pelos RUs foi, sem dúvida, uma das maiores manifestações que os universitários de todo o país deram ao Ministério da Educação e ao regime militar. Todas as outras lutas do ano passado, isoladas ou somadas, demonstraram que os estudantes estão em pé contra o projeto governamental de tornar o ensino pago, transformando as escolas em fundação; contra a sua transformação em instrumento dos interesses do capital monopolista e meio de alienação da juventude.

Hoje, sabem os estudantes, que a política educacional brasileira visa elitizar cada vez mais o ensino, do 1.º grau à universidade. Basta observar que são 12 milhões de crianças no 1.º e 2.º graus, e fora da escola, esperando vagas, mais 7 milhões em idade escolar. E dos que frequentam, 6 milhões são repetentes.

É constatando esta situação que os universitários decidem lutar pelo ensino público e gratuito e pela melhoria de sua qualidade. Existe na educação nacional um afinilamento constante, que cada vez mais distancia a população do saber, das conquistas científicas. Provas disto tem dado o governo, através do MEC, ao liberar para esse início de semestre os aumentos nas anuidades das escolas particulares. Diante dos protestos, recuou e fixou em 36,8% o que foi uma vitória para os estudantes e de todo o povo.

Foi apenas mais uma conquista, entretanto, diante de

o país está em crise. O seu reflexo nas Universidades é cada dia mais sentido pela comunidade universitária, que se mobiliza para barrar a política educacional do MEC. TESE 01.



tudo o que há por mudar na educação brasileira. A política educacional que objetiva distanciar o povo da ciência e mantê-lo distante das decisões nacionais, inclui fixar aumentos exorbitantes nas anuidades. Desta forma conseguiu seu intento no ano passado, quando 14% dos universitários de escolas particulares abandonaram os bancos escolares por falta de dinheiro. Eles faziam parte dos milhões de universitários — 75% do total — que estudam em escolas particulares. Somente 25% de todas as matrículas continuam gratuitas.

Este funil faz com que apenas 1% da população chegue à escola superior.

Isto se dá cortando as poucas verbas

Não é de forma sutil que o governo elitiza a educação. É cortando os recursos anualmente. Em 1964, por exemplo, o MEC recebia 12% do orçamento global da União. Hoje, não passa de 6%. O mesmo ocorre com a saúde, com a moradia e demais setores que interessam ao povo. Mas para as Forças Armadas e projetos multinacionais não há limite, transformando o Brasil no 5.º maior produtor de armas do mundo. O Brasil é hoje o penúltimo país do planeta em investimentos na educação. Só perde mesmo para o Haiti.

A queda nas verbas implica o corte direto nos instrumentos fundamentais da educação. Faltam professores, e os salários são baixos. faltam laboratórios, bibliotecas, HUs, restaurantes e moradia. O Crédito Educativo é um engodo, porque o estudante é obrigado a pagá-lo depois com correção monetária, nem pode ter certeza se conseguirá emprego ao se formar, graças às dificuldades que o país atravessa eco-

nômica, social e politicamente. Além disto, está congelado há 3 anos em Cr\$ 1.100,00.

Se estas questões ligadas diretamente à Educação não recebem a atenção do seu Ministério próprio, outras como tarifas de ônibus diferenciadas, como os passes conseguidos pelos estudantes de Londrina, Cascavel, Ponta Grossa, Toledo e outras cidades se constituem numa imensa luta que vem pela frente, pois não há interesse do governo militar em resolvê-las. Elas estão ligadas à ausência de recursos para a moradia estudantil, para a assistência médica e alimentação.

Ao mesmo tempo abrem falência dos hospitais-escolas. Caiu a qualidade do ensino. Os estudantes e professores não têm como buscar soluções para os graves problemas de tecnologia no país. Repetem as fórmulas importadas pelas multinacionais.

A crise da educação também é do país

A situação da Universidade brasileira, que é de profunda crise, não pode ser analisada isoladamente. Reflete e está inserida na crise nacional, que é uma crise de muitas faces. Detona a economia do país, destrói as esperanças do povo desempregado, faminto e analfabeto, e o pior: tenta distanciar-lo cada vez mais do poder. Vemos, portanto, que a universidade não é uma ilha de problemas num país em paz.

Se temos uma universidade distanciada dos problemas e das necessidades nacionais, sem condições de contribuir, chegaremos também à conclusão de que aqueles que podem levar a cabo estas necessidades estão longe de interferir nela. Isto nos leva a ligar à falta de democracia na universi-

dade, que tem reitores indicados e nomeados, currículos falhos e longe da realidade.

São 12 milhões de desempregados, 40 milhões de migrantes e marginalizados, 20 milhões de menores carentes, 70% de subnutridos de zero a 6 anos de idade, 7 milhões de bóias-frias, dívidas interna e externa impagáveis. De que forma a universidade pode participar?

Sabemos, hoje, que não "concertaremos" somente a universidade, se a crise no país continuar. Mas os estudantes têm como tarefa imediata e direta esta, além das outras.

Assim, além das lutas específicas, é fundamental lembrar e ter como pano de fundo para discussão, que a universidade é o reflexo da situação do país, de economia dependente, de governo antinacional e antipopular, que entregou suas riquezas para o estrangeiro e compra tecnologia, caríssima da Johnson, Bayer, Mitsubishi, Nestlé, ord e tantas outras. Para que então traçar uma política justa para a universidade? Assim pensam os governantes.

Mas os estudantes sabem: é necessário mudar tudo. Tem consciência de que a situação da universidade é colocada dentro do projeto do regime militar de entrega do país ao capital estrangeiro, pois sua permanência no poder implica nesta dependência. A universidade, neste contexto, se tornou um instrumento. Esse não é o papel da universidade. Sua função é contribuir na superação dos problemas sociais, científicos e culturais, elevando as condições de vida e existência do homem.

Por esta razão os estudantes devem assumir com clareza a luta por uma UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA E VOLTADA PARA O ATENDIMENTO DOS REAIS INTERESSES DA POPULAÇÃO.

PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO PARA TODOS
— Contra os aumentos abusivos nas faculdades e universidades.

— Pela suplementação de verbas para a Universidade Federal do Paraná.

— Contra o projeto de fundações e qualquer tentativa de implantação do ensino pago.

— Pela gratuidade do ensino nas universidades e faculdades estaduais.

— Melhores condições e nível de ensino.

— Pela meia-passagem para os estudantes.

— Por um preço acessível dos bandejeiros e criação de novos RUs.

— Atendimento de todos os pedidos de crédito educativo e sua transformação em bolsas não reembolsáveis. Anistia aos devedores. Equiparação do crédito manutenção a um salário mínimo regional.

— Por 12% do orçamento global da União para o MEC.

— Por 25% do orçamento do Estado para a Secretaria de Educação.

— Repúdio ao projeto de assistência técnica da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Paraná.

— Pelo reconhecimento da UTT.

PELA REDEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

— Participação dos estudantes na elaboração dos currículos.

— Contratação de professores através de concursos públicos.

— Participação de 1/5 dos estudantes nos órgãos e colegiados.

— Eleições diretas para diretores e reitores e demais cargos administrativos.

— Por estatutos e regimentos amplamente discutidos pela comunidade universitária.

— Desmantelamento dos órgãos de informação na universidade.

— Participação estudantil no Conselho Estadual de Educação.

— Pelo reconhecimento da UPE e demais entidades estudantis.

— Devolução do patrimônio histórico da UPE e demais entidades.



Estruturar a UPE é tarefa de todos

A estruturação material e política da UPE é tarefa de todos os estudantes e entidades. A UPE precisa reconquistar seu patrimônio histórico e se enraizar cada vez mais nas entidades de base. TESE 02.



Os estudantes do Paraná têm uma grande e importante tarefa: a de estruturar sua entidade máxima e representativa para que o movimento estudantil paranaense ganhe força, organização e combatividade. O patrimônio da UPE, tomado em 68 pelo arbítrio, deve voltar, sem demora, para as mãos de seus verdadeiros donos. É nosso compromisso reconstruir materialmente nossa entidade, fa-

Autonomia e Força

A UPE terá autonomia e força na medida em que tenha o respaldo das entidades de base. Deve-se estruturar de baixo para cima, o que significa a fortalecimento das entidades que a compõem e a participação efetiva destas na direção política, através de suas instâncias de deliberação. A UPE deve implantar cada vez mais as suas instâncias consultivas, os Conselhos Regionais e de DCEs, importantes para subsidiar e res-

zer dela o reflexo da potencialidade política dos estudantes do Estado. A UPE deve estar intimamente vinculada às entidades de base, que deverão compreender que são elas que determinam, em última análise, a sua sustentação e direção política.

A melhor forma de reestruturarmos materialmente a UPE é através de uma Campanha Estadual envolvendo os estudantes, as entidades e a população.

paldar as decisões da diretoria.

A UPE deve ser dirigida pelas entidades por curso, retomando a feição do Movimento Estudantil, o não paralelismo e a dupla representatividade.

Reconstruir as nossas entidades significa fortalecer e avançar na luta por melhores condições de ensino e por uma Universidade que atenda os interesses estudantis e populares.

Há dezenas de anos o governo não cria novas casas de estudantes no Paraná, e os recursos financeiros destinados às já existentes diminuem a cada ano. Durante esse ano o MEC destinou 18 milhões de cruzeiros para todas as casas de estudantes do Estado, sendo que só a CEU — Casa do Estudante Universitário de Curitiba — deve 10 milhões.

A necessidade de mais casas de estudantes e a melhoria das existentes muitas vezes têm sido supridas por recursos financeiros dos próprios estudantes, através de suas entidades representativas, que não é correto, pois moradia estudantil é um dever do Estado. E cabe às entidades estudantis lutar por esse direito. Essa luta será tanto mais forte se unificadas nacionalmente

Assistência estudantil

Cada dia mais o MEC se desresponsabiliza com a Assistência aos Estudantes. Os estudantes se mobilizam para que o MEC assumam o que é seu dever e obrigação. TESE 03.



pela UNE e estadualmente pela UPE.

Além da moradia estudantil, a recente luta dos Restaurantes Universitários demonstraram o quanto os estudantes são desassistidos. O crédito educativo não atendeu nem 10% dos pedidos. Os aumentos exorbitantes dos preços dos transportes coletivos, a necessidade de assistência médico-hospitalar para estudantes, são lutas que deverão ser travadas. A criação do Departamento de Assistência da

Mulheres Uni-Vos: Departamento feminino na UPE.

A mulher é duplamente explorada, pela sociedade opressora e capitalista e pela cultura machista da sociedade. Sua luta não é contra o homem, é ao lado. Um departamento na UPE para unificar as lutas específicas e gerais das mulheres que se levantam. TESE 04.

Há cerca de 150 anos as mulheres se levantaram pela primeira vez na luta por seus direitos e de toda a sociedade. No Brasil a história mostra grandes participações e iniciativas. Pelo voto feminino, pela paz, contra o fascismo e carestia, e por seus direitos específicos. Nesta caminhada, construíram suas organizações. Em 1949 criaram a Federação das Mulheres do Brasil.

Desde 1964 são desmanteladas as organizações. Mas há alguns anos, com a mobilização da sociedade como um todo, as mulheres também se levantaram. E assim vem se destacando nas mais diversas frentes de luta, especialmente nos movimentos populares, na luta contra o desemprego e lutas econômicas em geral, da existência da anistia que teve sua massiva participação.

Hoje, muitas mulheres tem consciência da desigualdade a que são submetidas, além da situação de de exploração dos trabalhadores como um todo. E



por isto organizam-se, ao lado de outras tantas batalhas.

A discussão, entretanto, ainda não está madura. E as mulheres querem e precisam compreender seu papel na sociedade para melhor poderem contribuir e com mais firmeza exigirem seus direitos, como salários iguais aos dos homens, atenção à saúde, à sua educação, além de todos os instrumentos necessários à sua participação na produção, como as creches.

Aos estudantes interessa esta questão, pois se lutam pela libertação da sociedade, têm que olhar as mulheres como um segmento que precisa estar lado a lado, e não puxando para o atraso e se transformando em instrumento

da reação, como já aconteceu no passado.

Por isto propomos a criação do Departamento Feminino da UPE, que terá como encargos:

— Levar à mulher universitária a discussão de seus problemas específicos.

— Sistematizar e organizar campanhas e lutas que lhes interessam.

— Levar às universitárias a participarem da Federação das Mulheres de forma organizada.

— Organizar encontros para tirar bandeiras de luta e reivindicações.

— Debater assuntos que lhes atingem, como o controle da natalidade, código civil, discriminação nos cursos, atágios e trabalho, aborto.

— Promover o Encontro da Mulher Universitária.

A crise social, econômica e política que se agrava no país tem levado milhões de brasileiros a manifestar-se. Além das grandes greves que pipocam em todo país, como resposta ao arrocho salarial e ao regime de exploração, a luta pela terra, por melhores condições de vida na cidade, pela posse de terrenos urbanos, por uma política educacional voltada para os interesses do povo têm sido uma constante nos últimos anos.

As manifestações de trabalhadores crescem em qualidade. No ano passado realizaram um encontro histórico, a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras — Conclat — que decidiu pela criação de sua entidade unitária, a Central Única dos Trabalhadores. Assim como os estudantes lutam pela legalização da UNE, os trabalhadores partem para o grande passo no sentido da CUT. Os moradores de Bairros organizaram sua Confederação, a CONAM. Os estudantes secundaristas, a UBES. E, no campo, milhares de camponeses lutam pela terra. Nos últimos anos só no Mato Grosso, morreram pelo menos mil posseiros rurais na verdadeira batalha que travam contra os proprietários de grandes terras.

Os protestos e a consistente organização do povo brasileiro são, sem dúvida, uma resposta da sociedade à crise que se abate sobre o Brasil. O regime militar, que há 18 anos tomou na força o comando do país, além de afundar a economia, não consegue encontrar soluções para a crise. A produção cai, estocam-se bens de consumo duráveis por falta de mercado. Faltam alimentos, sobre energia. Este é um demonstrativo de que há um descompasso total entre o que o povo pode consumir e o que se produz.

Roubo na Previdência

Dia a dia os índices inflacionários avançam. O custo de vida tornou-se insuportável aos assalariados e até a classe média abre mão de alguns privilégios de antes. O desemprego atinge a cerca de 12 milhões de trabalhadores.

Os recursos financeiros destinados aos setores essenciais, como saúde, moradia, educação e agricultura decaíram em proporção às necessidades crescentes do país. E o governo não titubeou em aumentar o desconto da previdência. A dívida externa do Brasil está em 70 bilhões de dólares. E, para pagá-la, os generais recorrem à entrega do subsolo, ou seja, da matéria prima que as potências capitalistas em crise necessitam e não possuem. Carajás é exemplo claro disso.

A ingerência do capital externo nos negócios na nação é evidente. E, para receber dinheiro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o governo desemprega, arrocha salários, e deixa os planos à mercê do capital financeiro internacional. Entrega-se o Brasil e suas riquezas de bandeja.

No plano político, o povo, através de suas lutas, tem conseguido vitórias. O descontentamento popular tem desembocado em exigências de toda a sociedade. A anistia, a reconstrução da UNE, da UPE, a CUT e mesmo as eleições para este ano, são conquistadas do povo:

Pais em crise, povo em luta.

O regime militar não tem como resolver a crise sócio-econômica e política porque passa o país. O povo se organiza e luta, apontando a única saída. O governo cede o dedo para não perder a mão. O povo avança. TESE 05.



O mesmo que exige hoje eleições limpas em 15 de novembro, e caminha, numa frente derubada do regime anti-nacional, democrática e ampla, para a deranti-popular e anti-democrática.

Apesar de todos os avanços, ainda há muito que fazer. A ditadura impede ainda a organização desatrelada dos trabalhadores. Greves são reprimidas pela polícia. Representantes do governo defendem os latifundiários contra os posseiros. Não há interesse por parte do regime militar em melhorar a situação da sociedade, pelo con-

trário. Para garantir sua vitória nas eleições, recorreu a instrumentos indecentes.

Hoje, está claro para os setores democráticos da sociedade que não é com este regime que se conseguirá mudar substancialmente o país. E nem com um governo onde se mude somente o general para um sem farda. Está claro que é preciso mudar tudo, através da queda do regime, da formação de um governo democrático e de unidade popular, que convoque uma Constituinte Livre e Soberana, e dê novos rumos ao país.

Fim do Regime

Os estudantes se apresentam hoje como um importante segmento da sociedade, comprometido com as lutas pela liberdade, pela democracia, pelo fim da exploração e do entreguismo. Defender com firmeza as reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade neste momento, é forjar uma aliança com o povo. Assim, a defesa das conclusões da Conclat são um caminho de luta. E ela é pela reforma agrária radical, pelas liberdades sindicais, pelo direito de greve, pelo desmatalamento dos aparatos repressivos, pelo fim da Lei de Segurança Nacional, entre outros.

A resposta dos estudantes e do povo à política do regime militar é a unidade na luta para isolá-lo através de uma frente das forças populares e democráticas pela derrota do regime. Após sua queda, o passo seguinte é formar um governo provisório com representantes de todos os segmentos da sociedade, e a convocação de uma Assembléia Constituinte. E, nesta caminhada, exigir eleições limpas em novembro se apresenta como uma das tarefas de agora.

- Por eleições limpas
- Pelo fim da Lei Falcão
- Pelo fim da Lei de Segurança Nacional
- Por amplas liberdades políticas

— Por uma Assembléia Nacional Constituinte Livre e soberana, convocada por um governo de forças democráticas e de unidade popular, e que seja precedida pelo fim do regime militar.

- Apoio aos partidos de oposição
- Pela soberania nacional
- Pelo congelamento da dívida externa
- Contra o Pacote da Previdência.



massas da funcionalismo teve o apoio da população



O mundo em conflitos. De um lado as potências imperialistas e sociais imperialistas ameaçam com uma terceira guerra mundial, de outro a luta pela libertação dos povos oprimidos e explorados. TESE 06.

Luta pela paz mundial

O povo salvadorenho, a exemplo do nicaraguense, empunha há dois anos armas pela libertação nacional. Comandados pelas Frentes Farabundo Martí e Democrática Revolucionária (FMLN e FDR), enfrentam a sanguinária ditadura da junta militar, representante dos interesses norte-americanos no Caribe.

Observa-se no mundo repetidas invasões. É a União Soviética contra a Afeganistão, é o golpe militar na Polônia, são os conflitos armados entre Irã e Iraque, entre África do Sul e Angola. Micarágua e Honduras brigam, e agora a Argentina e a Inglaterra partem para o en-

frentamento, na disputa pelas Malvinas.

A situação do mundo é de conflitos e crises internas. Seja no blico capitalista ou no social imperialista, são interesses imperialistas das duas grandes potências — União Soviética e Estados Unidos — que determinam sua existência. Financiam armas, prestam ajuda militar e tática, treinam soldados e combatentes. A disputa pelo espaço e zonas de influência determina uma corrida armamentista. E a indústria da guerra é a única que não está em crise no mundo. Nos anos 70 o mundo gastou 4 trilhões de dólares em armas.

O que há por trás

Enquanto os países subdesenvolvidos ou pobres travam internamente suas lutas de libertação, como ocorre em El Salvador, Guatemala, Palestina e outros, as grandes potências despejam sobre elas as consequências da crise da economia mundial, a crise do capitalismo. Se as primeiras guerras são pela conquista da autonomia dos povos, outra é preparada pelas potências. O que ocorre, na realidade, é o aumento assustador do desemprego e das desigualdades no bloco capitalista, enquanto no social-imperialista, ou soviético, frustram-se os planos de desenvolvimento nacional. No Ocidente são 28 milhões os absolutamente desempregados. Na União Soviética caiu de 40 a 60% o desenvolvimento com relação aos quinquênios anteriores.

Os povos se levantam

A insatisfação dos povos é generalizada. Não se aceita pacificamente a presença do imperialismo. Nem tampouco a ameaça de uma guerra que só interessa aos países ricos.

Ao mesmo tempo crescem movimentos pela paz mundial, que repudiam a corrida armamentista das potências. E de outro lado, fortalecem-se os movimentos de solidariedade às lutas de libertação.

Em Kossova, milhares de albaneses erguem-se contra os opressores sérvios.

Quem sofre com a crise, entretanto, são os países menos desenvolvidos. Os países pobres vão buscar nos pobres ou menos ricos as soluções para seus problemas. Furtaram matérias primas escassas através de suas multinacionais.

Nos países pobres entrega-se o subsolo, como o Brasil entrega Carajás. Ao mesmo tempo oferecem dinheiro que é emprestado a altos juros, criando situações de insolvência nos países devedores.

Desta forma as superpotências tentam aliviar sua crise interna. Explorando novas terras, mantendo a influência, arrumam novos mercados. Assim, intensificam os conflitos imperialistas e ameaçam o mundo com uma nova guerra mundial.

O espírito de solidariedade internacional, que toma conta dos povos, está ligado ao inalienável direito dos povos de se auto-determinarem e traçarem seu próprio destino.

Na caminhada pela mudança da sociedade, os estudantes devem se munir desta preocupação e deste espírito solidário, que une os oprimidos e é uma resposta à presença imperialista e social-imperialista.

Viva a paz mundial e a auto-determinação dos povos! Abaixo os imperialismos!

PTA 88 242

CONFIDENCIAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
 SUBDIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROTOCOLO
 Nº 1464/80
 DATA 23/10/80

33

OF/CONF/DRT/ASI/Nº181/80

Em 21-OUT-80

D. DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO, NO PARANÁ.

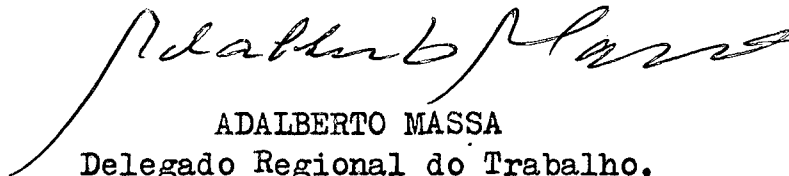
A. ILMO. SR. BEL ELOY FERNANDES FRANÇA

DD. DELEGADO DIVISIONAL.

Assunto Exemplar de Jornal (encaminha).

Em anexo encaminho a Vossa Senhoria um exemplar do Jornal BOCA NO TROMBONE editado em 15 OUT 80.

Na oportunidade, renovo os protestos - de estima e distinta consideração.



ADALBERTO MASSA

Delegado Regional do Trabalho,
no Paraná.

CONFIDENCIAL

PT 1188. 142

A S.F.A pt anotar e requisitar

Pasta do Jornal.

Em 23-10-80



Pasta Jornal BOCA NO DROMBONG

Anotado de 27 a 29 e 30/10/80

